



## ÍNDICE

### PARTE III ÁREAS DE INTERVENÇÃO

<b>1 ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS</b>	<b>5</b>
<b>2 LOGÍSTICA</b>	<b>7</b>
<b>2.1 APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2.2 APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES</b>	<b>11</b>
<b>3 COMUNICAÇÕES</b>	<b>17</b>
<b>4 GESTÃO DA INFORMAÇÃO</b>	<b>22</b>
<b>4.1 GESTÃO DA INFORMAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES ACTUANTES NAS OPERAÇÕES</b>	<b>22</b>
<b>4.2 GESTÃO DE INFORMAÇÃO ÀS ENTIDADES INTERVENIENTES NO PLANO</b>	<b>25</b>
<b>4.3 INFORMAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>27</b>
<b>5 PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO</b>	<b>31</b>
<b>6 MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA</b>	<b>35</b>
<b>7 SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS</b>	<b>38</b>
<b>8 SOCORRO E SALVAMENTO</b>	<b>41</b>
<b>9 SERVIÇOS MORTUÁRIOS</b>	<b>44</b>
<b>10 PROTOCOLOS</b>	<b>48</b>



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Procedimentos e instruções de coordenação (Administração de meios e recursos) .....	6
Figura 2 – Prioridades de acção gerais para o apoio logístico .....	8
Figura 3 – Procedimentos e instruções de coordenação (apoio logístico às forças de intervenção) .....	10
Figura 4 – Procedimentos e instruções de coordenação (apoio social à população) .....	14
Figura 5 – Procedimentos e instruções de coordenação (apoio psicológico à população) .....	17
Figura 6 – Procedimentos e instruções de coordenação (Comunicações) .....	21
Figura 7 – Procedimentos e instruções de coordenação (Gestão de informação entre as entidades actuantes nas operações) .....	24
Figura 8 – Procedimentos e instruções de coordenação (Gestão de informação às entidades intervenientes) .....	26
Figura 9 – Procedimentos e instruções de coordenação (Gestão da informação pública) .....	31
Figura 10 – Procedimentos e instruções de coordenação (procedimentos de evacuação) .....	35
Figura 11 – Procedimentos e instruções de coordenação (manutenção da ordem pública) .....	38
Figura 12 – Procedimentos e instruções de coordenação (serviços médicos e transporte de vítimas) .....	41
Figura 13 – Procedimentos e instruções de coordenação (socorro e salvamento) .....	44
Figura 14 – Procedimentos e instruções de coordenação (serviços mortuários) .....	48

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Áreas de Intervenção e Entidades Intervenientes .....	4
Quadro 2 – Administração de meios e recursos .....	5
Quadro 3 – Responsabilização das prioridades de acção da administração de meios e recursos .....	6
Quadro 4 – Competências das entidades intervenientes (apoio logístico às forças de intervenção) .....	9
Quadro 5 – Instruções específicas (apoio logístico às forças de intervenção) .....	10
Quadro 6 – Apoio logístico às populações .....	12
Quadro 7 – Competência das entidades intervenientes no apoio social às populações .....	12
Quadro 8 – Apoio psicológico às populações .....	16
Quadro 9 – Comunicações .....	17
Quadro 10 – Conjunto de canais da ROB (Norma de Execução Permanente n.8, de 10 de Dezembro de 2010) .....	19
Quadro 11 – Gestão da informação entre as entidades actuantes nas operações .....	22
Quadro 12 – Transmissão de informações ao PCO .....	23

### ÍNDICE RÁPIDO



Quadro 13 – Tipos de relatórios de situação.....	24
Quadro 14 – Gestão da informação às entidades intervenientes do plano.....	25
Quadro 15 – Informação pública .....	27
Quadro 16 – Difusão do aviso às populações.....	28
Quadro 17 – Procedimentos de evacuação.....	31
Quadro 18 - Responsabilidades das entidades intervenientes na evacuação das populações.....	32
Quadro 19 – Manutenção da ordem pública.....	35
Quadro 20 – Serviços médicos e transporte de vítimas) .....	38
Quadro 21 – Socorro e salvamento.....	42
Quadro 22 – Grau de gravidade das ocorrências .....	43
Quadro 23 – Serviços mortuários .....	45

## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Zonas de Concentração e Reserva de Meios .....	11
Mapa 2 – Zonas de Concentração e Alojamento da População.....	13
Mapa 3 – Zonas de Concentração Local e Zonas de Reunião e Irradiação.....	34
Mapa 4 – Instalações essenciais para a prossecução dos objectivos de protecção civil.....	37
Mapa 5 – Postos de Triagem.....	40
Mapa 6 – Locais de reunião de vítimas mortais e necrotérios provisórios.....	46



A organização geral das operações no município de Braga encontra-se estruturada em nove áreas de intervenção:

**Quadro 1 – Áreas de Intervenção e Entidades Intervenientes**

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		ENTIDADES INTERVENIENTES	
		ENTIDADES PRINCIPAIS	ENTIDADES APOIO EVENTUAL
Administração de meios e recursos		Câmara Municipal de Braga; Agentes de Protecção Civil	Entidades e organismos de apoio; Fornecedores públicos ou privados de equipamentos e outros bens materiais necessários; CDOS de Braga
Logística	Apoio às forças de intervenção	Câmara Municipal de Braga; IPSS's; Agrupamentos de escolas; Empresas de transportes colectivos de Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; Hospital de Braga; Centros de saúde	Restaurantes; Postos de combustíveis locais; EDP Distribuição; EDP Gás; AGERE-EM; EP - Estradas de Portugal; CP-REFER; Operadoras de telecomunicações; Citygás; Brisa; Ascendi; CP; CVP – Delegação de Braga; Empresas fornecedoras de material de mortuária
	Apoio às populações	Serviço local de Segurança Social de Braga; CVP – Delegação de Braga; Agrupamentos de escolas; Câmara Municipal de Braga; Juntas de freguesia do concelho de Braga; IPSS's	Restaurantes; AHBVB; CNE – Núcleo de Braga
Comunicações		Comandante das Operações de Socorro	ANACOM; CDOS de Braga; Forças de Segurança; Forças Armadas; Radioamadores; Corpos de Bombeiros; INEM
Gestão da Informação	Das entidades actantes nas operações	Posto de Comando Operacional; Agentes de protecção civil; Câmara Municipal de Braga	Forças armadas
	Às entidades intervenientes do plano	SMPC; COM; Posto de Comando Operacional	Agentes de protecção civil; Organismos e entidades de apoio
	Informação pública	Câmara Municipal de Braga; PCO; Corpos de bombeiros; Forças de Segurança; Órgãos de comunicação social	CNE – Núcleo de Braga; Juntas de Freguesia
Procedimentos de evacuação		Forças de Segurança e Polícia Municipal; Corpos de bombeiros; CVP – Delegação de Braga	CNE – Núcleo de Braga; empresas de transportes colectivos
Manutenção da ordem pública		Forças de Segurança	Polícia Municipal; empresas de segurança privadas; Forças Armadas
Serviços médicos e transporte de vítimas		INEM; Hospital de Braga; ACES Cávado I - Braga; CVP – Delegação de Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal	Corpos de bombeiros; Empresas de transporte de doentes
Socorro e salvamento		Corpos de bombeiros; Forças de Segurança; GLPS	CVP – Delegação de Braga; outras entidades e organizações de apoio
Serviços mortuários		Forças de Segurança; Autoridade concelhia de saúde; Gabinete de Medicina Legal de Braga	Corpos de Bombeiros; CVP – Delegação de Braga





Esta organização das operações visa proporcionar uma resposta rápida e coordenada das várias entidades intervenientes, sendo cada área de intervenção activada em função:

- da natureza concreta de cada acidente grave ou catástrofe;
- das necessidades operacionais;
- da evolução da resposta operacional.

Em seguida encontram-se identificadas para cada uma das nove áreas de intervenção as prioridades de acção, a estrutura de coordenação e a constituição e missão das entidades intervenientes.

# 1

## ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS

A área de intervenção de administração de meios e recursos deve estabelecer os procedimentos e instruções de coordenação quanto às actividades de gestão administrativa e financeira inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos utilizados aquando da activação do plano de emergência.

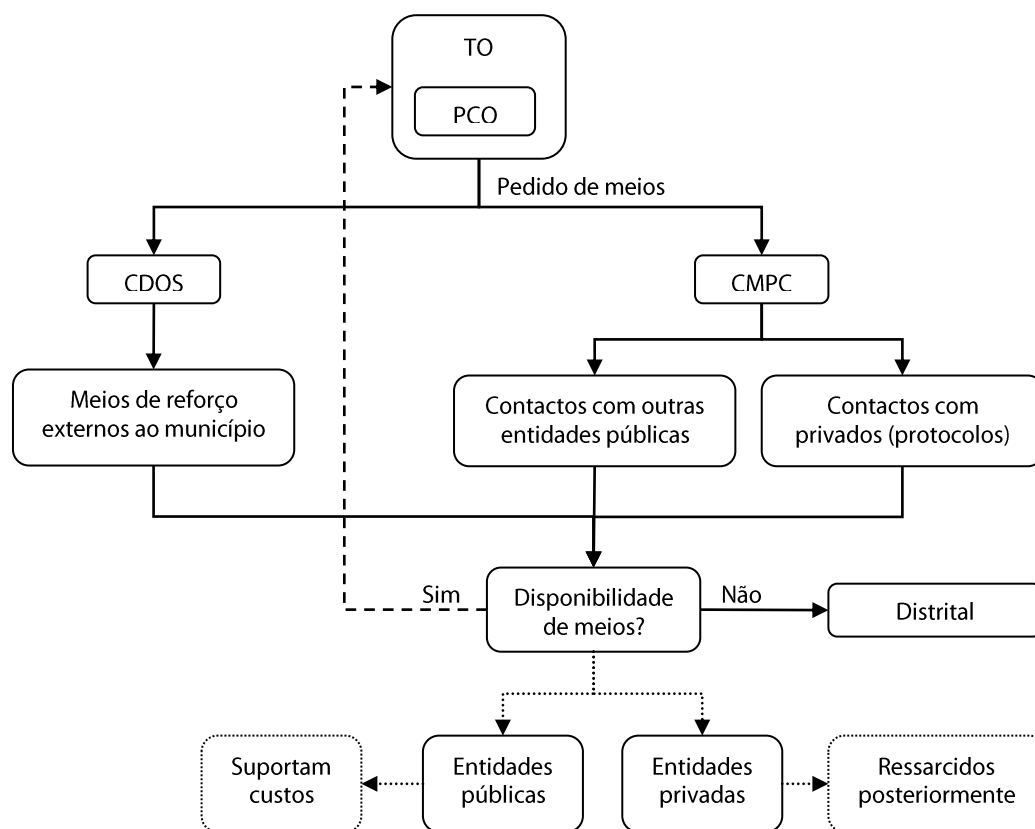
A administração da área de meios e recursos apresenta a seguinte estrutura e responsabilidades:

**Quadro 2 – Administração de meios e recursos**

Coordenação	Câmara Municipal de Braga
Entidades Principais	Câmara Municipal de Braga; Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; Forças Armadas; INEM; Hospital de Braga; ACES Cávado I - Braga; CVP – Delegação de Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; CVP – Delegação de Braga
Entidades de Apoio Eventual	AHBV de Braga; Polícia Municipal; Gabinete Médico-legal de Braga; Serviço Local de Segurança Social de Braga; IPSS's; AFN; ICNB; EDP Distribuição; EDP Gás; Citygás; EP - Estradas de Portugal; BRISA; ASCENDI; CP – Comboios de Portugal; CP – Carga; REFER; ANSR; Empresas de transporte colectivo de Braga; PT; ANACOM; Operadores de Telecomunicações; Radioamadores; Órgãos de Comunicação Social; AGERE; APA; IM; CNE – Núcleo de Braga; Agrupamentos de escolas; Restaurantes locais; Postos de combustível locais; Empresas de segurança privadas; Fornecedores públicos ou privados de equipamentos e outros bens materiais necessários; CDOS de Braga
Prioridades de Acção	Responsabilidade da gestão financeira e de custos; Supervisão das negociações contratuais; Gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamento; Gestão dos processos de seguro; Manutenção dos contactos com as entidades possuidoras de equipamentos, artigos e materiais necessários às operações de protecção civil.



Figura 1 – Procedimentos e instruções de coordenação (Administração de meios e recursos)



Para uma correcta e coordenada execução das prioridades de acção mencionadas anteriormente apresenta-se em seguida a responsabilização das entidades para a execução das funções:

#### Quadro 3 – Responsabilização das prioridades de acção da administração de meios e recursos

##### GESTÃO FINANCEIRA E DE CUSTOS

A Câmara Municipal de Braga é responsável pela gestão financeira e de custos dos meios e recursos próprios ou dos mobilizados pertencentes a entidades privadas, bem como quanto ao pessoal voluntário, que poderá apoiar nas operações de protecção civil.

Os agentes de protecção civil, entidades e organismos de apoio envolvidos nas operações de protecção civil nomeiam e remuneram o seu próprio pessoal.

As despesas realizadas em acções de protecção civil são da responsabilidade das entidades e organismos envolvidos.

O dinheiro proveniente de donativos com destino às operações de emergência é administrado pelo SMPC, através da sua Conta Especial de Emergência, a ser criada. Esta conta apenas pode ser accionada, para fazer frente a situações de acidente grave ou catástrofe e suportará as despesas das pessoas atingidas por acidente grave ou catástrofe quando os respectivos danos não sejam cobertos por quaisquer outras entidades públicas ao abrigo de regimes específicos, ou por outras entidades privadas.

A aquisição de bens é efectuada nos termos legais por requisição da CMPC.

##### SUPERVISÃO DAS NEGOCIAÇÕES CONTRATUAIS E GESTÃO DOS PROCESSOS DE SEGURO

#### ÍNDICE RÁPIDO

1

ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS  
E RECURSOS PÁG 5

2

LOGÍSTICA PÁG 7

3

COMUNICAÇÕES PÁG 17

4

GESTÃO DA  
INFORMAÇÃO PÁG 22

5

PROCEDIMENTOS  
DE EVACUAÇÃO PÁG 31



A supervisão das negociações contratuais, bem como a gestão dos processos de seguros indispensáveis às operações de protecção civil é da responsabilidade da do SMPC.

#### **GESTÃO DOS TEMPOS DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E EQUIPAMENTOS**

A gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamentos é da responsabilidade da célula de planeamento/agentes de protecção civil, entidades e organismos de apoio intervenientes no plano

#### **MANUTENÇÃO DOS CONTACTOS COM AS ENTIDADES POSSUIDORAS DE EQUIPAMENTOS, ARTIGOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS ÀS OPERAÇÕES DE PROTECÇÃO CIVIL**

Compete ao SMPC de Braga actualizar a lista de contactos dos fornecedores públicos e privados de bens, equipamentos e serviços, necessários às operações de emergência de protecção civil; identificar os modos de contacto com os fornecedores privados ou públicos e garantir a actualização do inventário de meios e recursos.

Face à dimensão e natureza da ocorrência, os meios pertencentes aos agentes de protecção civil existentes no concelho poderão revelar-se insuficientes, sendo necessário recorrer a outras entidades para obtenção de meios, como por exemplo:

- equipamentos de energia e iluminação;
- géneros alimentícios e alimentos confeccionados;
- material de alojamento precário;
- agasalhos e vestuário;
- medicamentos;
- material sanitário e produtos de higiene e limpeza;
- equipamentos de transporte de passageiros e carga;
- combustíveis e lubrificantes;
- máquinas e equipamento de engenharia, construção e obras públicas;
- material de mortuária.

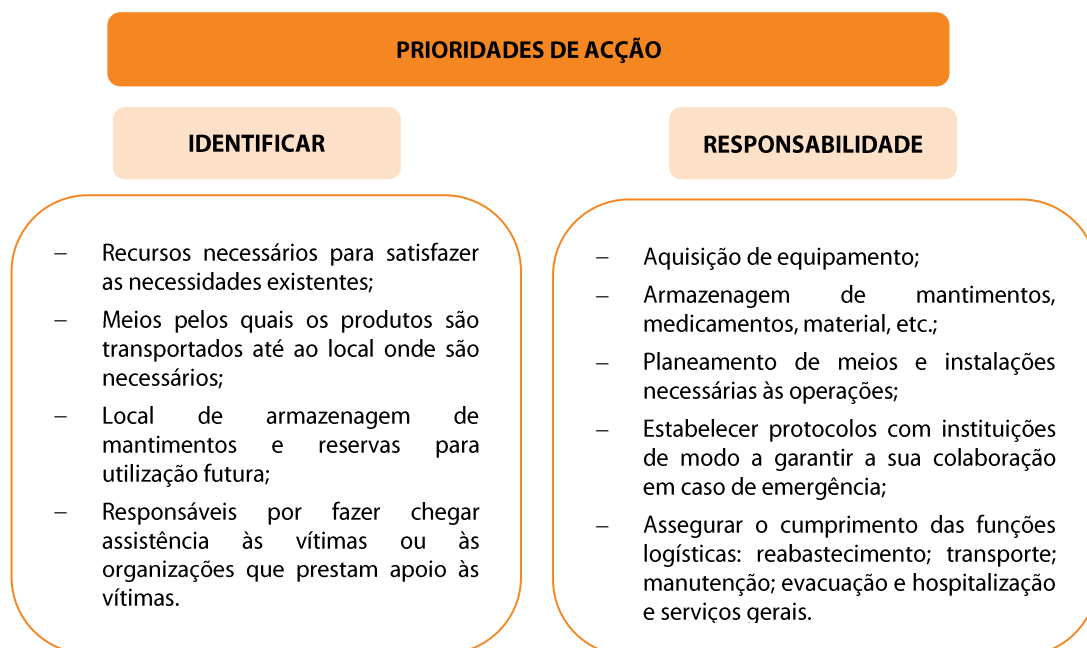
No momento em que algum dos equipamentos acima referidos for requisitado deve ser preenchida uma ficha de requisição.

## **2** LOGÍSTICA

Esta área de intervenção, apresenta duas vertentes, o apoio logístico às forças de intervenção e apoio logístico às populações. As acções prioritárias a desempenhar são as seguintes:



Figura 2 – Prioridades de acção gerais para o apoio logístico



O corpo de bombeiros da área de ocorrência, providenciará o apoio logístico indispensável à sustentação das operações de socorro. Contudo, importa salientar que a logística apenas ficará a cargo do corpo de bombeiros nas primeiras horas da ocorrência e, como tal, a activação do PMEPCB é fundamental para a sua agilização.

A alimentação do pessoal e o reabastecimento dos meios em água e combustível deverão ser assumidas como acções imprescindíveis daquele corpo de bombeiros (Directiva Operacional Nacional nº1/2010).

Com o evoluir da situação o apoio logístico organiza-se de acordo com o estabelecido nos pontos seguintes.

## 2.1 APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO

A evolução da situação irá requerer um apoio logístico indispensável, que deve ser eficiente e coordenado, de modo a prestar às forças de intervenção todo o apoio necessário para que prossigam com as operações de socorro. São estabelecidas as seguintes competências:

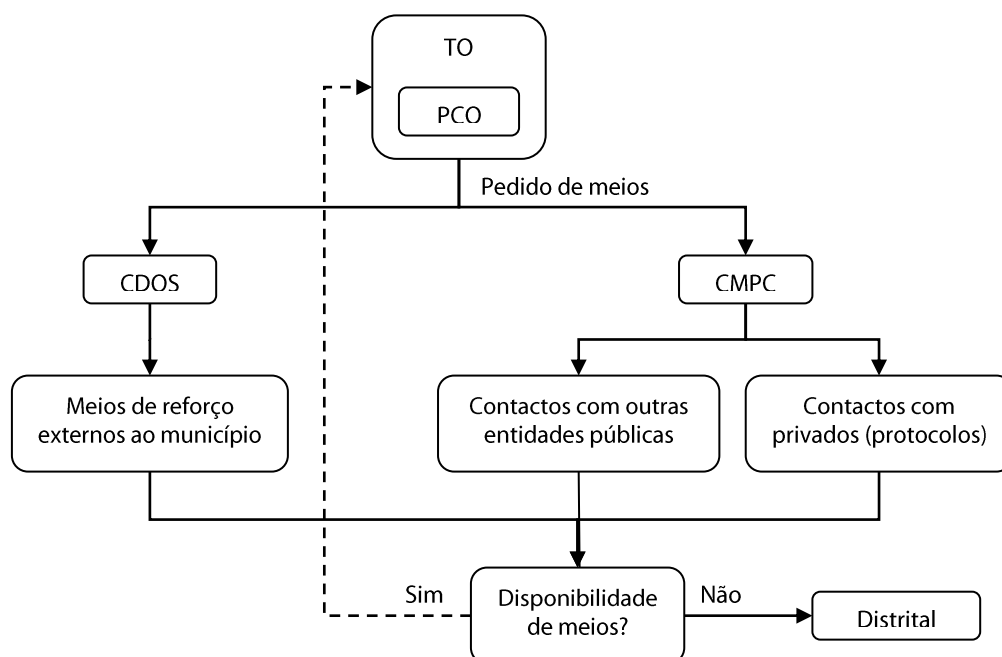
**Quadro 4 – Competências das entidades intervenientes (apoio logístico às forças de intervenção)**

Alimentação	Coordenação	Câmara Municipal de Braga
	Entidades Principais	Câmara Municipal de Braga; IPSS's; Agrupamentos de escolas
	Entidades de Apoio Eventual	Restaurantes
Combustíveis	Coordenação	Câmara Municipal de Braga
	Entidades Principais	Câmara Municipal de Braga
	Entidades de Apoio Eventual	Postos de combustível locais
Manutenção e reparação de equipamentos	Coordenação	Câmara Municipal de Braga
	Entidades Principais	Câmara Municipal de Braga
	Entidades de Apoio Eventual	EDP Distribuição; EDP Gás; AGERE-EM; EP - Estradas de Portugal; CP-REFER; Operadoras de telecomunicações; Citygás; Brisa; Ascendi
Transportes	Coordenação	Câmara Municipal de Braga
	Entidades Principais	Câmara Municipal de Braga; Empresas de transportes colectivos de Braga
	Entidades de Apoio Eventual	CP – Comboios de Portugal; CP – Carga
Material Sanitário	Coordenação	Autoridade de Saúde de Nível Municipal <sup>1</sup>
	Entidades Principais	Autoridade de Saúde de Nível Municipal; Hospital de Braga; Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I - Braga
	Entidades de Apoio Eventual	CVP – Delegação de Braga
Material de Mortuária	Coordenação	Autoridade de Saúde de Nível Municipal
	Entidades Principais	Autoridade de Saúde de Nível Municipal; Gabinete Médico-legal de Braga
	Entidades de Apoio Eventual	Empresas fornecedoras de material de mortuária

<sup>1</sup> Segundo o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de Abril, a autoridade de saúde de nível municipal também pode ser designada por delegado de saúde.



Figura 3 – Procedimentos e instruções de coordenação (apoio logístico às forças de intervenção)



Quadro 5 – Instruções específicas (apoio logístico às forças de intervenção)

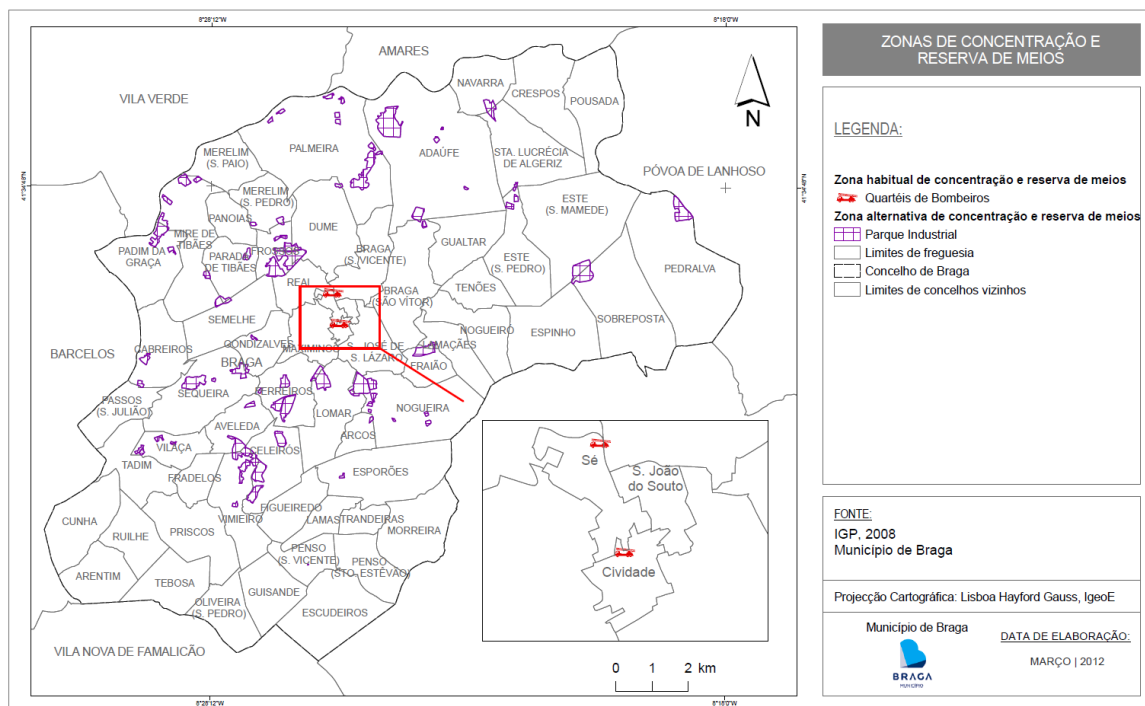
#### APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO

- A alimentação e alojamento do pessoal dos agentes de protecção civil e entidades e organismos de apoio, referidos no Ponto 3 da Parte II, intervenientes nas operações de socorro estarão a cargo destas;
- A alimentação do pessoal voluntário, que o deseje, estará a cargo da Câmara Municipal;
- Assegurar o reabastecimento, que abrange todas as actividades cujo objectivo é fornecer todos os artigos necessários para equipar, manter e fazer actuar os Agentes de Protecção Civil;
- A aquisição de combustíveis e lubrificantes será efectuada, em princípio, pelas Entidades e Organismos intervenientes no mercado local, através de guia de fornecimento ou outro meio legalmente reconhecido;
- A manutenção e reparação de material ficará a cargo das respectivas entidades. As despesas excepcionais serão liquidadas pela Câmara Municipal ou, no caso de accionamento de mecanismos suplementares, pelo patamar distrital. Esta liquidação apenas terá lugar nos casos em que a mesma não possa ser efectuada por outra entidade ou por verbas consignadas especialmente para o efeito. A manutenção inclui todas as actividades cujo objectivo é conservar o material em condições de operacionalidade e assegurar tal condição ao material que a não possui;
- Garantir a existência de transporte, que abrange o deslocamento do pessoal e do material, bem como a sua direcção e a gestão do equipamento e instalações;
- As normas de mobilização, requisição de meios e fornecimento de transportes estarão a cargo da área da Logística, em cooperação com a Administração de Meios e Recursos;
- Deverá ainda, ser acautelado o fornecimento de serviços gerais, que abrange todas as actividades, não integradas nas funções logísticas anteriores (banhos, lavandaria, troca de fardamento, etc.);
- As forças de intervenção podem solicitar à CMPC artigos que se mostrem indispensáveis na emergência.



De modo a controlar o apoio logístico às forças de intervenção deverão ser criadas zonas de concentração e reserva de meios para as quais, em caso de acidente grave ou catástrofe, se devem dirigir os meios intervenientes. Relativamente ao município de Braga, as zonas habituais de concentração e reserva de meios são os quartéis dos bombeiros (Bombeiros Voluntários de Braga e Bombeiros Sapadores de Braga), sendo que, em alternativa poderão funcionar como zonas de concentração e reserva de meios os Parques Industriais existentes no município.

**Mapa 1 – Zonas de Concentração e Reserva de Meios**



## 2.2 APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES

Não descurando o apoio logístico às forças de intervenção, é necessário prestar também apoio logístico às populações, garantindo as condições básicas até ser restabelecida a normalidade. A estrutura de coordenação, bem como as entidades intervenientes no apoio logístico às populações, encontram-se identificadas na figura seguinte:

**Quadro 6 – Apoio logístico às populações**

Coordenação	Serviço Local de Segurança Social de Braga
Entidades Principais	Câmara Municipal; INEM; IPSS's; CVP – Delegação de Braga; Juntas de Freguesia
Entidades de Apoio Eventual	AHBVB; Agrupamentos de Escolas; Restaurantes locais; CNE – Núcleo de Braga; outros agentes de protecção civil, entidades e organismos de apoio que disponham de psicólogos

Tal como no apoio logístico às forças de intervenção, no apoio logístico às populações as necessidades logísticas estão sobre a responsabilidade de diferentes entidades, sendo que estas se coordenam com o Serviço Local de Segurança Social de Braga que é responsável pela coordenação global do apoio logístico à população.

Para além do apoio social, o apoio logístico às populações deve, ainda, considerar o alojamento temporário das populações evacuadas ou desalojadas e as actividades relacionadas com o fornecimento de alimentação, agasalhos, etc., bem como a prestação de apoio psicológico às vítimas. A actividade de apoio logístico às populações inclui, também, a criação e a gestão de acções destinadas à obtenção de fundos externos, recolha e armazenamento de donativos, bem como o controlo e emprego de pessoal. Neste sentido no apoio a prestar às populações devem ser consideradas duas componentes: o apoio social e o apoio psicológico, as quais se encontram descritas de forma pormenorizada nos pontos seguintes.

## APOIO SOCIAL

A prestação de apoio social às populações encontram-se sob a responsabilidade de várias entidades, consoante o tipo de apoio a prestar, conforme evidencia o quadro seguinte:

**Quadro 7 – Competência das entidades intervenientes no apoio social às populações**

NECESSIDADE LOGÍSTICA	COORDENAÇÃO	ENTIDADES PRINCIPAIS	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
Alojamento temporário	Serviço local de Segurança Social de Braga	Serviço local de Segurança Social de Braga; CVP – Delegação de Braga; Agrupamentos de escolas	IPSS's
Alimentação	Câmara Municipal de Braga	Câmara Municipal de Braga; IPSS's; Agrupamentos de escolas	Restaurantes
Acções destinadas à obtenção de fundos externos	Serviço local de Segurança Social de Braga	Serviço local de Segurança Social de Braga	AHBVB; IPSS's; CNE – Núcleo de Braga
Agasalhos	CVP – Delegação de Braga	CVP – Delegação de Braga	IPSS's; CNE – Núcleo de Braga
Controlo e emprego de pessoal voluntário	Câmara Municipal de Braga	Câmara Municipal de Braga; Juntas de freguesia do concelho de Braga	CNE – Núcleo de Braga

O apoio social a prestar às populações incorpora as necessidades primárias que possam surgir após a ocorrência de um acidente grave ou catástrofe e apresenta as seguintes prioridades de acção:

### ÍNDICE RÁPIDO

1

ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS  
E RECURSOS PÁG 5

2

LOGÍSTICA PÁG 7

3

COMUNICAÇÕES PÁG 17

4

GESTÃO DA  
INFORMAÇÃO PÁG 22

5

PROCEDIMENTOS  
DE EVACUAÇÃO PÁG 31



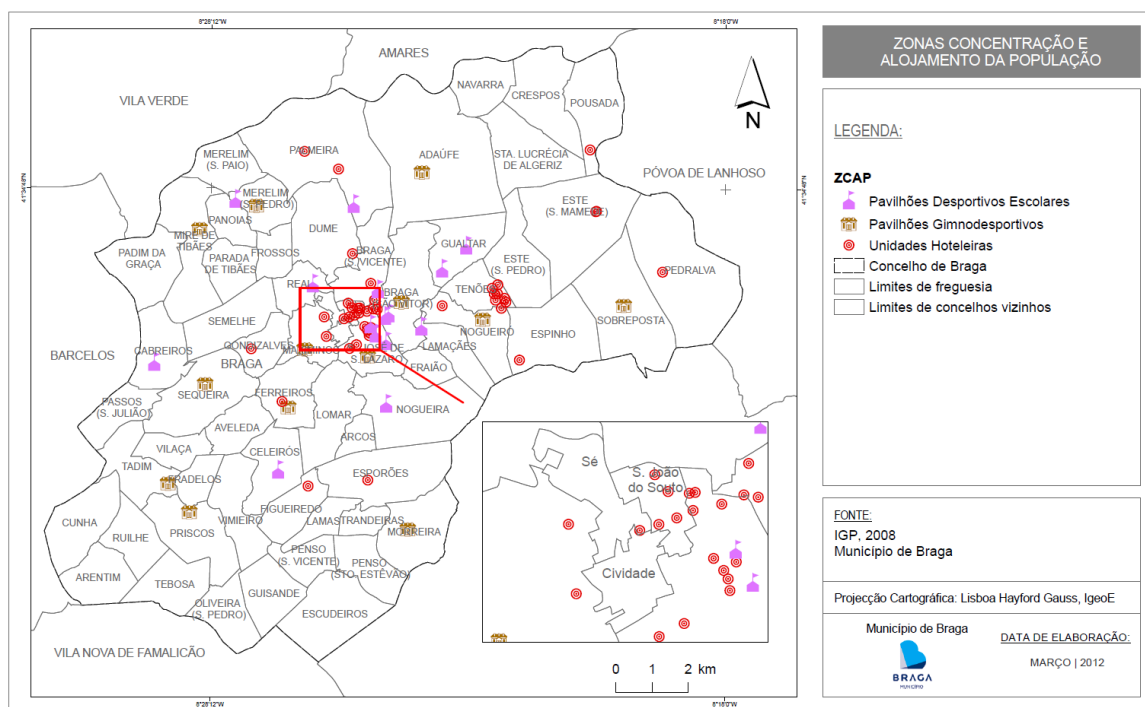


- Garantir a prestação de apoio social;
- Promover o inventário de meios e recursos específicos, designadamente no âmbito da alimentação, agasalhos, material sanitário e de locais para a constituição de abrigos de emergência, mas também, no âmbito do transporte de passageiros e mercadorias, bem como as respectivas instalações fixas de apoio;
- Propõe o estabelecimento de protocolos com entidades fornecedoras de bens e serviços, com capacidades para o fornecimento em situação de acidente grave ou catástrofe;
- Inventariar e propor a constituição de armazéns de emergência, adequando as suas existências às necessidades;
- Garante a criação de abrigos de emergência temporários, que funcionem como zonas de concentração e alojamento da população (ZCAP).

As zonas de concentração e alojamento da população (ZCAP) são activadas por decisão do director do plano, em função das áreas evacuadas e das suas condições de utilização. Estas zonas devem estar dotadas das condições mínimas de apoio quanto a dormidas, alimentação e higiene pessoal, bem como acessos e estacionamento, uma vez que a movimentação das populações pode ser feita, prioritariamente, através de viaturas pessoais. Simultaneamente, as ZCAP poderão, também, funcionar como pontos de reunião destinados ao controlo dos residentes para despiste de eventuais desaparecidos.

No município de Braga poderão funcionar como zonas de concentração e alojamento da população os pavilhões desportivos escolares, os pavilhões desportivos e as unidades hoteleiras existentes no município de Braga, conforme evidenciado no Mapa 2.

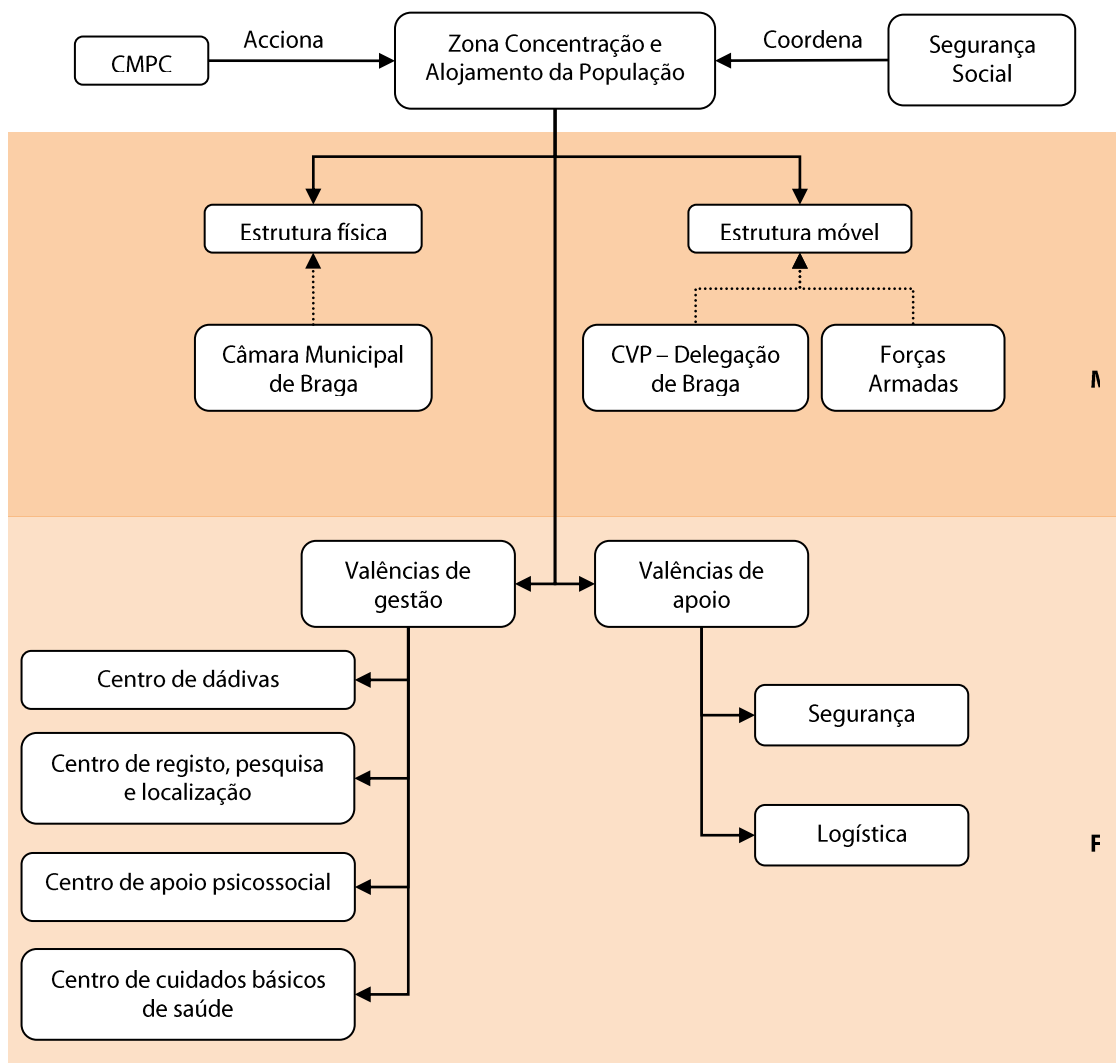
**Mapa 2 – Zonas de Concentração e Alojamento da População**





Em suma, para a correcta organização e funcionamento do apoio social à população devem ser adoptados os procedimentos e instruções de coordenação, estabelecidos no esquema apresentado em seguida:

**Figura 4 – Procedimentos e instruções de coordenação (apoio social à população)**



As entidades que tenham a cargo a prestação de apoio social devem ter em consideração as seguintes instruções específicas:

- O Serviço Local de Segurança Social de Braga, como entidade coordenadora da necessidade logística do alojamento temporário, assegura a activação das ZCAP e informa as forças de socorro e os cidadãos da sua localização através dos canais disponíveis e mais apropriados, sendo que as ZCAP correspondem aos locais de acolhimento e alojamento temporário da população evacuada;
- A primeira acção a desenvolver sempre que alguém dê entrada numa ZCAP é o Registo, sendo que o registo pressupõe a recolha da seguinte informação: nome, idade, morada anterior e necessidades especiais;



- A segurança às ZCAP é efectuada de acordo com os procedimentos definidos para a Área de Intervenção de Manutenção da Ordem Pública;
- Promove a instalação de locais de montagem de cozinhas e refeitórios de campanha e coordena a assistência e bem-estar às populações, designadamente o fornecimento de bens e serviços essenciais;
- Elabora planos de distribuição prioritária de água e de energia, definindo as entidades a que prioritariamente devem ser restabelecidos, como sejam unidades hospitalares e de saúde, centros de desalojados, mortuárias, estabelecimentos de ensino, prisões, lares de idosos, instalações públicas e indústrias agro-alimentares;
- Garante a recepção, registo, pesquisa, diagnóstico de necessidades e assistência individual a evacuados e vítimas;
- Assegura a actualização da informação, nos Centros de Registo, Pesquisa e Localização, através de listas com identificação nominal das vítimas e evacuados nas ZCAP (em cooperação com a área de Procedimentos de Evacuação);
- Garante a recepção e gestão de bens essenciais (alimentos, agasalhos, roupas) que sejam entregues nas ZCAP para apoio a vítimas e evacuados, organizando um Centro de Gestão de Dádivas;
- Recebe todo o pessoal voluntário ou de serviços públicos e privados, não especializado, destinado a colaborar na situação de emergência;
- Elabora e mantém actualizada a lista de voluntários e benévolos;
- Reforça áreas de intervenção, de acordo com a especialidade técnica dos voluntários e benévolos disponíveis.

## APOIO PSICOLÓGICO

O apoio psicológico a prestar às populações é coordenado pelo INEM e é fundamental para assegurar o acompanhamento psicológico das populações afectadas pelo acidente grave ou catástrofe, bem como aos elementos intervenientes nas operações de socorro. Neste sentido, relativamente à prestação de apoio psicológico às vítimas de acidente grave ou catástrofe, devem ser tidas em consideração as seguintes prioridades de acção:

- Assegurar o apoio psicológico imediato a prestar às vítimas primárias<sup>2</sup> e secundárias<sup>3</sup>, no local da ocorrência/teatro de operações (TO);
- Coordenar os mecanismos de evacuação das vítimas primárias e secundárias do TO para as Zonas de Apoio Psicológico (ZAP) e destas para as ZCAP;
- Assegurar o apoio psicológico às vítimas terciárias<sup>4</sup>;
- Assegurar o apoio psicológico de continuidade à população presente nas ZCAP.

No quadro seguinte encontra-se identificada a estrutura responsável por esta componente do apoio logístico às populações.

<sup>2</sup> Vítimas directamente resultantes da situação de acidente grave ou catástrofe em causa.

<sup>3</sup> Familiares de vítimas primárias.

<sup>4</sup> Operacionais dos agentes de protecção civil e dos organismos e entidades de apoio envolvidos nas operações em curso.



Quadro 8 – Apoio psicológico às populações

Coordenação	INEM
Entidades Principais	INEM
Entidades de Apoio Eventual	Outros agentes de protecção civil, entidades e organismos de apoio que disponham de psicólogos

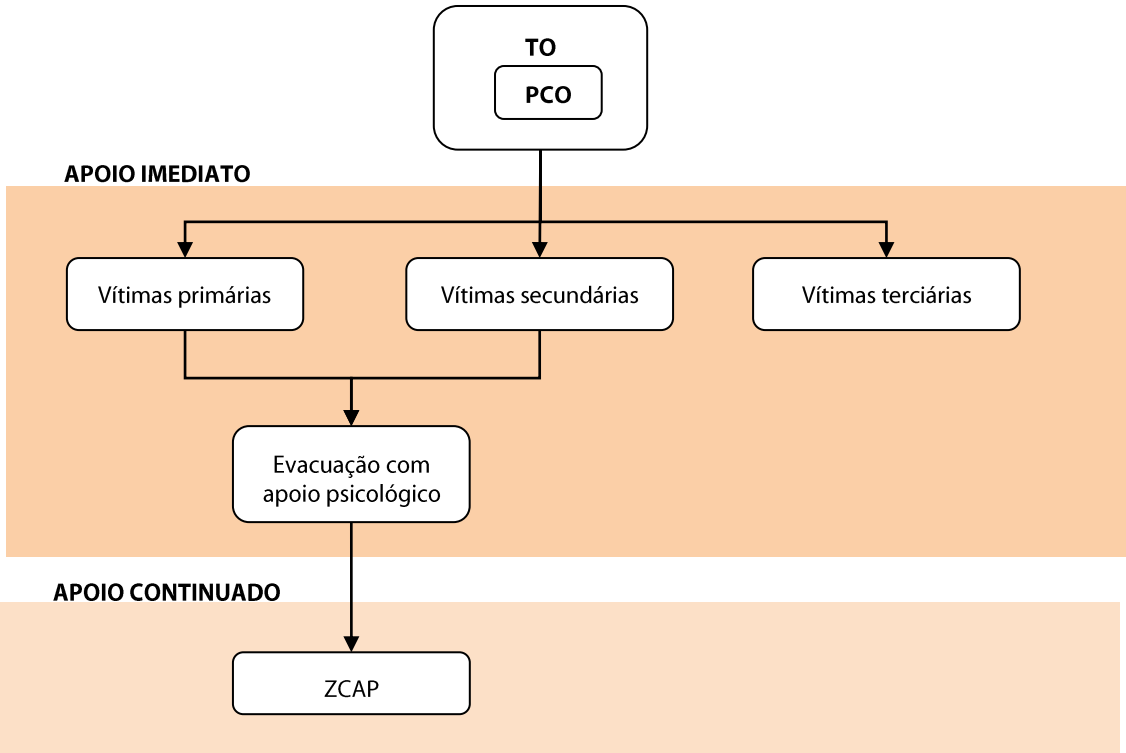
Para além das prioridades de acção anteriormente referidas, as entidades responsáveis pelo apoio psicológico devem ter em consideração as seguintes instruções específicas:

- O apoio psicológico imediato às vítimas primárias e secundárias no TO será realizado em Zonas de Apoio Psicológico (ZAP) constituídas para o efeito;
- As acções a desenvolver nas ZAP são respeitantes a recepção e estabilização de vítimas, levantamento de necessidades psicossociais, identificação e recolha de informação das mesmas;
- As ZAP são da responsabilidade do INEM a quem cabe gerir as prioridades de evacuação e os momentos de evacuação. Os restantes agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio que disponham de psicólogos apoiam o INEM na medida das suas disponibilidades;
- As ZAP devem articular-se com as ZCAP quanto à comunicação de dados e com o COS quanto à recolha de informação com relevância operacional;
- O apoio psicológico às vítimas terciárias é responsabilidade primária das respectivas entidades. No caso de insuficiência ou ausência de meios de apoio, este será garantido pelas entidades disponíveis para o efeito. As vítimas terciárias são acompanhadas em locais reservados e exclusivos para esse efeito;
- Os psicólogos das Forças de Segurança serão usados prioritariamente no tratamento e acompanhamento dos seus próprios operacionais. As disponibilidades remanescentes poderão ser utilizadas no âmbito do esforço geral de resposta;
- O apoio psicológico de continuidade, a realizar predominantemente nas ZCAP, é coordenado pela Segurança Social que será apoiada por equipas de psicólogos da Câmara Municipal, da Cruz Vermelha Portuguesa e da Administração Regional de Saúde do Norte. Este apoio poderá prolongar-se durante a fase de recuperação (pós-emergência), devendo os serviços intervenientes garantir essa continuidade de tratamento/acompanhamento;
- Nas ZCAP aplicam-se os procedimentos previstos para o Apoio Social.

Para que a prestação do apoio psicológico à população seja efectuado de forma rápida e eficaz, as entidades responsáveis pela sua prestação devem obedecer aos procedimentos identificados na figura seguinte:



Figura 5 – Procedimentos e instruções de coordenação (apoio psicológico à população)



### 3 COMUNICAÇÕES

As comunicações assumem um papel extremamente importante na execução das operações de socorro, como tal é da responsabilidade da área de intervenção de Comunicações assegurar o seu correcto funcionamento no teatro de operações, de acordo com o definido no esquema seguinte:

Quadro 9 – Comunicações

Coordenação	Comandante das Operações de Socorro
Entidades Principais	Comandante das Operações de Socorro
Entidades de Apoio Eventual	ANACOM; CDOS de Braga; Forças de Segurança; Forças Armadas; Radioamadores; Corpos de Bombeiros; INEM
Prioridades de Acção	Assegurar o estabelecimento de comunicações entre o director do plano, o posto de comando operacional e as forças de intervenção.

A ligação operacional entre os diversos intervenientes deve ser efectuada com recurso a uma das seguintes redes:



- Rede Estratégica de Protecção Civil;
- Rede Operacional de Bombeiros;
- Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP).

### REDE ESTRATÉGICA DE PROTECÇÃO CIVIL (REPC)

REPC é uma rede partilhada pela estrutura operacional da ANPC e pelos agentes de protecção civil cujo objectivo principal é assegurar uma capacidade de interligação e interoperabilidade ao nível das estruturas superiores de comando.

Segundo a Norma de Execução Permanente n.º 8, de 10 de Dezembro de 2010, são utilizadores da REPC:

- Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS);
- Serviços Municipais de Protecção Civil (SMPC);
- Comandos Distritais de Operações de Socorro (CDOS);
- Corporações de Bombeiros;
- Restantes agentes de protecção civil.

A REPC é composta por 42 estações repetidoras, o que corresponde a 42 canais em semi-duplex<sup>5</sup>; equipamentos terminais de base (centrais de comunicações); equipamentos terminais móveis (veículos) e equipamentos terminais portáteis de utilização individual. De referir ainda que a REPC é composta por 18 canais em simplex<sup>6</sup> (um por cada distrito).

Para a utilização da REPC serão utilizados os canais e frequências estabelecidas para o distrito de Braga (ver Anexo I).

O indicativo de chamada da rede rádio de Protecção Civil do SMPC de Braga é MIKE 3.3.

### REDE OPERACIONAL DE BOMBEIROS (ROB)

O acesso à Rede Operacional dos Bombeiros (ROB) é exclusivo dos Corpos de Bombeiros, no âmbito da sua actividade profissional. Esta é composta por 49 estações repetidoras, o que corresponde a 49 canais em semi-duplex; equipamentos terminais de base (centrais de comunicações); equipamentos terminais móveis (veículos) e equipamentos terminais portáteis, para utilização individual, fazendo também parte do plano de frequências da ROB 15 canais em simplex.

Os canais simplex asseguram as comunicações na zona de intervenção, de acordo com o plano seguinte:

<sup>5</sup> Os canais em semi-duplex asseguram a cobertura de todo o território nacional continental, garantindo as comunicações estratégicas entre os centros de comando de todas as entidades envolvidas em acções de protecção e socorro, sendo a exploração efectuada aos níveis nacional, distrital e municipal (Norma de Execução Permanente n.º 8, de 10 de Dezembro de 2010).

<sup>6</sup> Os canais em simplex asseguram a disponibilidade de frequências para condução das operações, caso falhe a rede de repetidores, sendo a exploração efectuada ao nível municipal.



**Quadro 10 – Conjunto de canais da ROB (Norma de Execução Permanente n.8, de 10 de Dezembro de 2010)**

CANAIS	FUNÇÕES
Canais de comando	Estão disponíveis 3 canais para a ligação entre o PCO, as frentes, os sectores e as zonas de apoio.
Canais Tácticos	Estão disponíveis 5 canais para ligação entre os sectores e os grupos de combate e/ou os veículos operacionais isolados.
Canais de Manobra	Estão disponíveis 6 canais (Manobra 1, 2, 3, 5, 6 e 7) para ligação entre os grupos de combate e os veículos operacionais e respectivas equipas. O canal de Manobra 4 está prioritariamente reservado para comunicações ar – terra – ar.

Importa referir que para além dos corpos de bombeiros, poderão ter acesso aos canais Tácticos e Manobra outras entidades, desde que especificamente autorizadas pela ANPC. Estas terão que possuir meios operacionais e operações conjuntas com os corpos de bombeiros.

### SISTEMA INTEGRADO DE REDES DE EMERGÊNCIA E SEGURANÇA DE PORTUGAL (SIRESP).

“Sistema único de comunicações, baseado numa só infra-estrutura de telecomunicações nacional, partilhado, que deve assegurar a satisfação das necessidades de comunicações das forças de segurança e emergência, satisfazendo a intercomunicação e a interoperabilidade entre as diversas forças e serviços e, em caso de emergência, permitir a centralização do comando e da coordenação” (Decreto-Lei n.º 167/2006, de 16 de Agosto).

O SIRESP tem a vantagem de poder ser utilizado como uma rede privativa para cada entidade, que em caso de necessidade permite que todas as entidades sejam colocadas em conversação. Neste sentido, está previsto que todas as entidades passem a utilizar o SIRESP como rede de comunicações preferencial, dado que quando estiver em pleno funcionamento, este será um instrumento decisivo quer ao nível do comando, quer ao nível do controlo e coordenação das comunicações.

### LIGAÇÃO OPERACIONAL

A ligação operacional entre os diversos intervenientes poderá ser efectuada com recurso a uma das redes de comunicações de emergência disponíveis. Contudo, a ligação operacional poderá, também, ser estabelecida com recurso aos sistemas de telecomunicações de uso público, nomeadamente, com recurso às redes móveis (TMN, Vodafone, Optimus, entre outros), redes fixas (Portugal Telecom, entre outros), fax, internet ou videoconferência. Em casos extremos, que se verifique uma falha nos sistemas de comunicação, as forças de segurança organizam um serviço de estafetas, que permita a transmissão das informações mais importantes para a resolução da ocorrência.

Para estabelecer comunicação com as ZCAP, a ligação pode ser efectuada via telefone ou através da Guarda Nacional Republicana, que deverá ter uma equipa destacada no local.



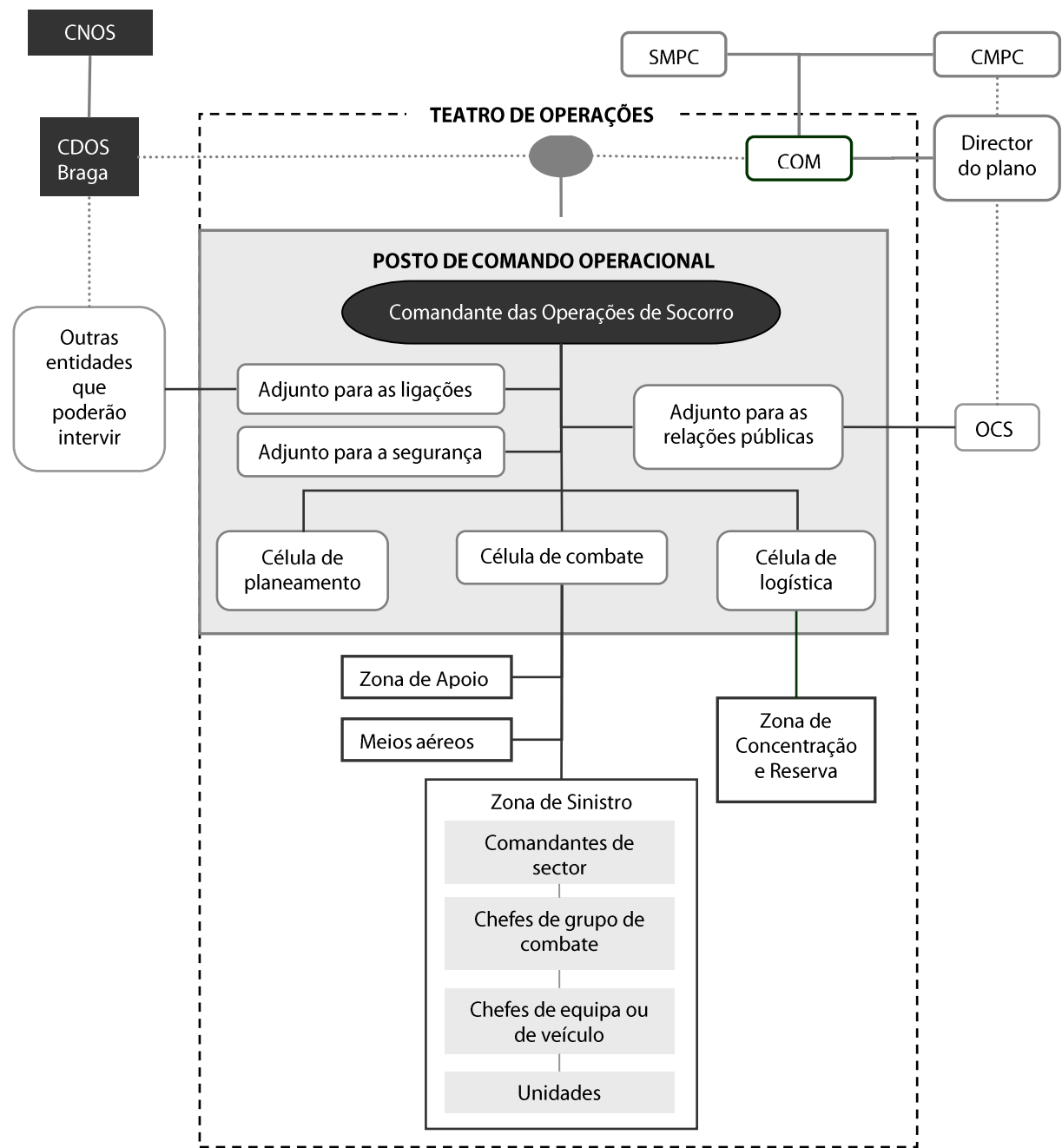
Outro aspecto muito importante a considerar é a participação dos Radioamadores, enquanto voluntários de protecção civil. A sua colaboração afigura-se de grande importância, dado que podem actuar como um complemento aos meios e sistemas de comunicação existentes.

Conforme apresentado anteriormente, a prioridade de acção das entidades responsáveis pela área das comunicações é assegurar a ligação entre os diversos intervenientes, dentro e fora do TO. Para que isto aconteça é necessário estabelecer um sistema de comunicações fiável, organizado e operativo, bem como elaborar um plano de comunicações que tenha em consideração os procedimentos e instruções de coordenação apresentados na figura seguinte:





Figura 6 – Procedimentos e instruções de coordenação (Comunicações)<sup>7</sup>



<sup>7</sup> Acrónimos: OCS – Órgãos de Comunicação Social; CNOS – Comando Nacional de Operações de Socorro; CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro; COM – Comandante Operacional Municipal; CMPC – Comissão Municipal de Protecção Civil; SMPC – Serviço Municipal de Protecção Civil



## 4 GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A gestão da informação de Emergência divide-se em três grandes componentes:

- Gestão de informação entre as entidades actuates nas operações;
- Gestão da informação às entidades intervenientes no Plano;
- Informação pública.

Para um correcto fluxo de informação o COM deverá manter o Presidente da Câmara informado de todas as situações que estão a ocorrer, fazendo periodicamente um balanço actualizado da evolução da situação e das medidas adoptadas e a adoptar no teatro de operações.

Por sua vez, o COM deve ser informado pelos demais agentes e entidades intervenientes de toda e qualquer alteração que ocorra no teatro de operações.

Em seguida são definidos procedimentos e responsabilidades para cada uma das três grandes componentes acima referidas.

### 4.1 GESTÃO DA INFORMAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES ACTUANTES NAS OPERAÇÕES

A gestão de informação entre as entidades actuates nas operações é a componente desta área de intervenção que necessita de ser transmitida com maior brevidade e rigor, dado que se destina a transmitir informação que possibilite um eficiente planeamento e coordenação da resposta.

Neste sentido, é fundamental que a informação seja transmitida de forma rápida e eficaz entre as entidades actuates nas operações, pois a transmissão correcta desta informação permitirá gerir os meios e recursos disponíveis, de modo a minimizar os impactos resultantes de uma determinada situação de acidente grave ou catástrofe.

As entidades responsáveis por assegurar o correcto funcionamento desta componente da gestão de informação e as prioridades de acção estabelecidas para a mesma são as seguintes:

**Quadro 11 – Gestão da informação entre as entidades actuates nas operações**

Coordenação	Comandante das Operações de Socorro
Entidades Principais	Posto de Comando Operacional; Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; Forças Armadas; INEM; Hospital de Braga; ACES Cávado I - Braga; CVP – Delegação de Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; CVP – Delegação de Braga; Câmara Municipal de Braga
Entidades de Apoio Eventual	Forças Armadas



#### Prioridades de Acção

- Assegurar a obtenção de pontos de situação junto dos agentes de protecção civil e entidades intervenientes;
- Recolher a tratar informação de modo a perspectivar a evolução futura da situação;
- Analisar e transmitir possíveis cenários e resultados de modelos de previsão;
- Analisar e transmitir dados ambientais e sociais.

O COS é o responsável pela gestão da informação no teatro das operações. Caberá a ele transmitir ao CDOS de Braga os pontos de situação necessários e solicitar meios de reforço, caso tal se justifique.

Em termos de gestão de informação entre entidades actantes nas operações, a recolha da informação é efectuada com base em relatórios imediatos da situação ou nos relatórios de situação geral. O tipo de informação recolhida é relativa a: pontos da situação e perspectivas de evolução futura, cenários e resultados de modelos de previsão, danos ambientais e sociais e outras informações.

Estas e outras informações consideradas pertinentes devem ser prestadas ao PCO por todas as entidades intervenientes. No entanto, para que exista coordenação na recolha de informação são estabelecidas as seguintes responsabilidades:

**Quadro 12 – Transmissão de informações ao PCO**

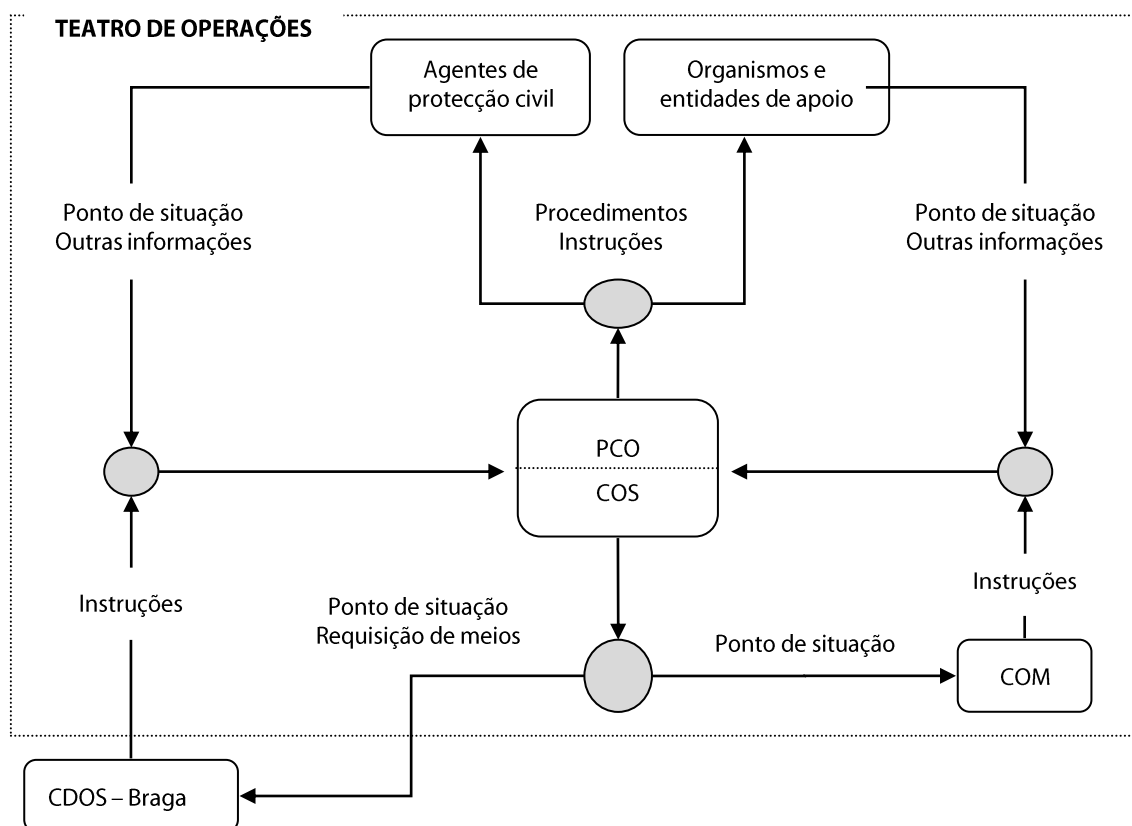
CANAIS	FUNÇÕES
Corpos de bombeiros	Área territorial afectada pelo sinistro
INEM	Local para transporte de vítimas
Forças de Segurança	Estradas intransitáveis e alternativas
SMPC	Estimativa do número de pessoas afectadas; estimativa do número de pessoas desaparecidas; estrutura etária da população afectada; existência de instalações sociais
Instituto de Meteorologia	Previsões das condições meteorológicas para as próximas horas
Autoridade Florestal Nacional	Informação para planeamento das áreas florestais e do perímetro florestal
Instituto da Água	Dados hidrometeorológicos das estações com telemetria, da rede de monitorização SNIRH
Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Informação de carácter técnico e científico
Agência Portuguesa do Ambiente	Informação relativa à qualidade do ar, prevenção e controlo do ruído, resíduos, recuperação e valorização dos solos e outros locais contaminados, prevenção e controlo integrados da poluição, prevenção de riscos industriais graves, segurança ambiental e das populações, rotulagem ecológica, compras ecológicas e sistemas voluntários de gestão ambiental.

Na posse desta informação de base e outras que venham a ser transmitidas o PCO procede ao tratamento da informação, delimita as zonas de intervenção, indica as prioridades de defesa e perspectiva cenários futuros.

De modo a assegurar que a informação certa é transmitida no formato correcto para a entidade indicada e no momento adequado, as entidades responsáveis por esta componente devem ter em consideração os procedimentos e instruções de coordenação referenciados na figura seguinte:



**Figura 7 – Procedimentos e instruções de coordenação (Gestão de informação entre as entidades actuates nas operações)**



De forma a permitir uma eficiente gestão da informação entre o COS, o PCO e as restantes entidades intervenientes no plano, deverá ser recolhida e difundida informação através de canais próprios, mas também com recurso à elaboração de relatórios de situação (3. Modelos de Relatórios e Requisições – Parte IV/ Secção III/Ponto 3).

Os relatórios de situação permitem aos órgãos de condução e coordenação operacional avaliar a situação de acidente grave ou catástrofe, bem como a sua evolução, permitindo delinear uma estratégia de intervenção que permita controlar a situação e minimizar as consequências que dela advêm. Neste sentido deverão ser considerados três tipos de relatórios de situação:

**Quadro 13 – Tipos de relatórios de situação**

FASE	TIPO DE RELATÓRIO
	<b>Relatórios Imediatos de situação</b>
Fase inicial	O relatório imediato de situação, tem origem nas forças ou meios locais de intervenção e/ou sistema local de Protecção Civil e destinam-se aos órgãos ou comandos de coordenação operacional dos escalões superiores respectivos. São transmitidos pela via de comunicação mais rápida e disponível podendo, atendendo às circunstâncias, ser verbais.
	<b>Relatórios de situação geral</b>
Desenvolvimento da ocorrência	Podem ter origem em qualquer escalão dos meios de intervenção ou do sistema de protecção civil e destinam-se aos escalões imediatamente superiores; podem ser periódicos,



FASE	TIPO DE RELATÓRIO
	com horário previamente estabelecido, ou por solicitação de entidades com competência para tal. Em regra devem ser escritos, podendo excepcionalmente ser verbais e passados a escrito no mais curto espaço de tempo possível.
	<b>Relatórios de situação especial</b> São solicitados pelo director do plano a qualquer entidade interveniente e destinam-se a esclarecer pontos específicos ou sectoriais da situação. A periodicidade, o conteúdo e o modo de transmissão deste tipo de relatórios é variável, cabendo ao director do plano o seu estabelecimento, em função das características próprias de cada ocorrência.
Após a desactivação do plano	<b>Relatórios finais</b> Devem ser elaborados pelo director do plano e incluir uma descrição da situação de acidente grave ou catástrofe ocorrida e das principais medidas adoptadas. Deverão aí também constar as principais lições aprendidas, incluindo os contributos para futuras revisões do plano de emergência.

## 4.2 GESTÃO DE INFORMAÇÃO ÀS ENTIDADES INTERVENIENTES NO PLANO

A gestão da informação às entidades intervenientes do plano procura assegurar a passagem de informação às entidades intervenientes no plano, com a intenção de que estas mantenham um elevado nível de prontidão e envolvimento para o caso de vir a ser necessária a sua intervenção nas operações. A gestão dessa informação é organizada conforme o disposto no esquema seguinte:

**Quadro 14 – Gestão da informação às entidades intervenientes do plano**

Coordenação	SMPC
Entidades Principais	SMPC; COM; Posto de Comando Operacional
Entidades de Apoio Eventual	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; Forças Armadas; INEM; Hospital de Braga; ACES Cávado I - Braga; CVP – Delegação de Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; CVP – Delegação de Braga; Organismos e entidades de apoio
Prioridades de Acção	Manter devidamente informadas as entidades que poderão vir a intervir no plano

O COM é o responsável pela gestão da informação no SMPC e pela sua difusão junto da CMPC e autoridades políticas.

Conforme já referenciado, a prioridade de acção desta componente da gestão de informação é manter devidamente informadas as entidades que possam vir a intervir nas operações, como tal é essencial que estas entidades recebam regularmente um conjunto de informação que lhes permita manter um nível de prontidão e envolvimento adequado às necessidades existentes no teatro de operações, nomeadamente:

- Ponto de situação;
- Área territorial afectada;
- Delimitação das zonas de intervenção;



- Estradas intransitáveis e alternativas;
- Locais que necessitam intervenção;
- Locais para transporte de vítimas;
- Estimativa no número de pessoas afectadas;
- Estimativa do número de desalojados;
- Outras informações relevantes, consoante as atribuições próprias de cada entidade.

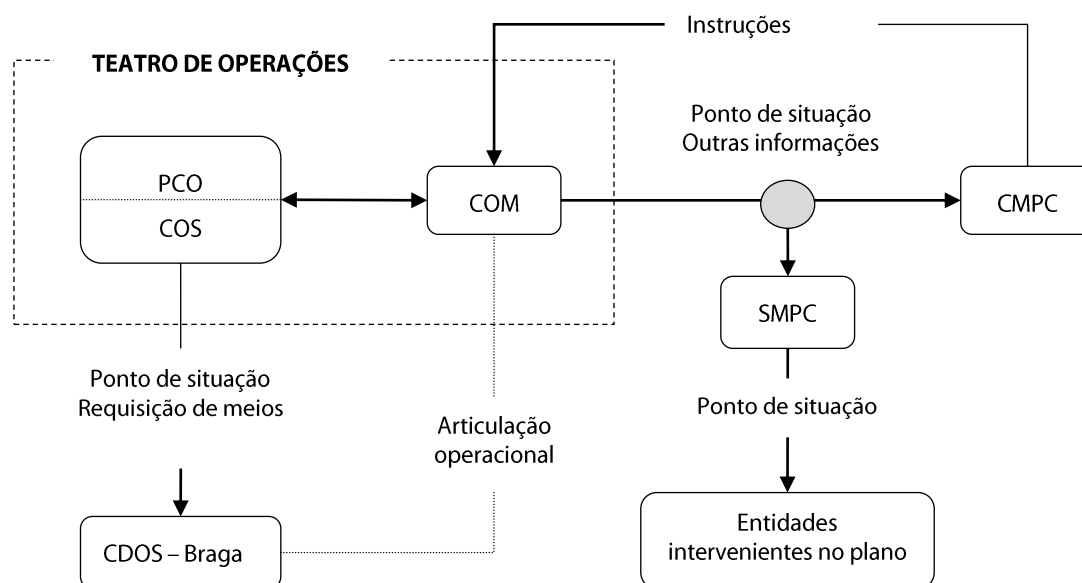
Neste sentido, o SMPC em articulação com o COM e o adjunto do COS responsável pela ligação com outras entidades, caso esteja nomeado, transmitem as informações anteriormente referidas a todas as entidades cuja intervenção possa vir a ser necessário. O modo de transmissão das informações deve ser fiável e célere, como por exemplo:

- Mensagens escritas;
- Comunicações rádio;
- Telefone;
- Áudio;
- Videoconferência.

Podem ser utilizados outros métodos que se revelem mais adequados, consoante a informação a transmitir e as necessidades operacionais. Importa realçar que a informação a prestar deve ser divulgada periodicamente e actualizada sempre que se considere pertinente.

Visando um correcto funcionamento desta componente de gestão da informação devem ser considerados, ainda, os seguintes procedimentos e instruções de coordenação.

**Figura 8 – Procedimentos e instruções de coordenação (Gestão de informação às entidades intervenientes)**





De salientar que a gestão de informação entre as entidades intervenientes é feita através de relatórios periódicos (conforme o modelo constante do Ponto 3, da secção III da Parte IV), mensagens escritas, comunicações rádio, telefone, ou outro, conforme se revele mais eficaz e adequado.

## 4.3 INFORMAÇÃO PÚBLICA

A população deve ser devidamente informada sobre os riscos a que está sujeita e quais as medidas de autoprotecção a adoptar, conforme se encontra definido no artigo 7º da Lei nº27/2006, de 3 de Julho:

*“1 — Os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos em certas áreas do território e sobre as medidas adoptadas e a adoptar com vista a prevenir ou a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe.”*

*“2 — A informação pública visa esclarecer as populações sobre a natureza e os fins da protecção civil, consciencializá-las das responsabilidades que recaem sobre cada instituição ou indivíduo e sensibilizá-las em matéria de autoprotecção.”*

A estrutura responsável pela informação pública é a seguinte:

**Quadro 15 – Informação pública**

Coordenação	Câmara Municipal de Braga
Entidades Principais	Câmara Municipal de Braga; PCO; Corpos de bombeiros; Forças de Segurança; Órgãos de comunicação social
Entidades de Apoio Eventual	CNE – Núcleo de Braga; Juntas de Freguesia
Prioridades de Acção	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Assegurar o aviso e a informação à população;</li> <li>– Garantir a articulação com os órgãos de comunicação social e preparar os comunicados/conferências de imprensa.</li> </ul>

Para além das prioridades de acção anteriormente referidas, as entidades responsáveis por esta componente da gestão da informação devem ainda considerar as seguintes instruções específicas:

- O Director do Plano é o responsável pela validação da informação pública divulgada. Este poderá nomear um porta-voz para as relações com os Órgãos de Comunicação Social (OCS);
- Cabe ao COS prestar eventuais esclarecimentos aos órgãos de comunicação social ou à população, em articulação com o SMPC;
- Os Órgãos de Comunicação Social devem difundir toda a informação disponível, através da divulgação na íntegra, de comunicados e outras formas, no âmbito da sua missão informativa;
- Na Fase de Emergência, as estações de rádio devem difundir, em tempo útil, os avisos e medidas de autoprotecção das populações.

Assim que seja activado o PMEPCB a população deve ser avisada o mais rapidamente possível e de uma forma redundante, sendo para tal utilizados os seguintes meios:



- Sirenes;
- Viaturas equipadas com megafones;
- Emissão de comunicados;
- Pessoalmente.

A divulgação destes avisos é executada pelas entidades constantes no quadro seguinte:

**Quadro 16 – Difusão do aviso às populações**

AVISO	ENTIDADE ACTUANTE
Sirenes <sup>8</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Corpos de bombeiros;</li> <li>– Forças de segurança.</li> </ul>
Viaturas equipadas com megafones	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Corpos de bombeiros;</li> <li>– Forças de segurança.</li> </ul>
Emissão de comunicados	<b>Jornais locais, regionais e nacionais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Diário do Minho;</li> <li>– Correio do Minho;</li> <li>– Jornal de Notícias.</li> </ul>
	<b>Rádios locais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Antena Minho (Braga)</li> <li>– Rádio Universitária (Braga);</li> <li>– Rádio e Televisão do Minho (Braga);</li> <li>– Rádio Barcelos (Barcelos);</li> <li>– Rádio Cávado (Barcelos);</li> <li>– Digital FM (Vila Nova de Famalicão);</li> <li>– Cidade Hoje (Vila Nova de Famalicão);</li> <li>– Rádio Santiago (Guimarães);</li> <li>– Rádio Fundação (Guimarães);</li> <li>– Rádio Nove3Cinco (Póvoa de Lanhoso);</li> <li>– Rádio Mais FM (Amares);</li> <li>– Rádio Foz do Neiva (Vila Verde).</li> </ul>
Pessoalmente	<ul style="list-style-type: none"> <li>– SMPC</li> <li>– CNE – Núcleo de Braga</li> <li>– Juntas de Freguesia</li> <li>– Outros voluntários</li> </ul>

O director do plano ou o seu representante deve informar os órgãos de comunicação social em três fases distintas:

<sup>8</sup> O toque da sirene significa a necessidade de evacuação da população. O aviso à população deverá ser feito através de toques intermitentes de cinco segundos, durante um minuto. Esta sequência de toques deverá ser repetida cinco vezes, intervaladas entre si em um minuto.





- Fase inicial;
- Fase de evolução;
- Fase de reabilitação

## FASE INICIAL

Esta fase inicia-se imediatamente após a ocorrência do acidente grave ou catástrofe, sendo a fase que exige uma maior celeridade de actuação para que a difusão do aviso à população seja efectuado o mais rapidamente possível, sobretudo na zona com maior impacto. Como tal, o aviso deve ser feito de uma forma redundante, com o objectivo de alcançar o maior número possível de pessoas. Os meios a utilizar e as entidades responsáveis pela difusão do aviso encontram-se explicitados no Quadro 16.

Uma das formas mais rápidas de transmitir informações e alcançar um grande número de pessoas é através dos órgãos de comunicação social. Assim, após efectuado o aviso à população, a informação passa a ser transmitida, essencialmente, através dos órgãos de comunicação social que têm a obrigação de difundir toda a informação disponível, conforme definido no n.º2 do artigo 15.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho:

*“A declaração da situação de alerta determina uma obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e das televisões, com a estrutura de coordenação referida na alínea c) do artigo anterior, visando a divulgação das informações relevantes à situação”.*

Deve ser emitido, ainda, um comunicado, o mais rapidamente possível, após o acidente, em que se considerem as seguintes informações:

- Tipo de acidente;
- Área territorial afectada pelo sinistro;
- Medidas de autoprotecção;
- Indicação de que serão disponibilizadas mais informações brevemente.

Importa também realçar que a informação será divulgada através de viaturas equipadas com megafones ou outra que seja considerada mais adequada, face às características da ocorrência, caso o acidente grave ou catástrofe afecte significativamente a difusão da informação através dos órgãos de comunicação social.

## FASE DE EVOLUÇÃO

Inicia-se após ter sido efectuado o aviso à população e transmitidas as primeiras informações relativamente ao acidente grave ou catástrofe. Durante esta fase, os órgãos de comunicação social devem ser informados periodicamente sobre a evolução da situação. Neste sentido, durante esta fase devem ser realizados, periodicamente (num prazo nunca superior a 24 horas), comunicados aos órgãos de comunicação social, onde conste a seguinte informação:

- Tipo de acidente;
- Ponto de situação;



- Perspectivas futuras;
- Acções em curso;
- Áreas de acesso restrito;
- Medidas de autoprotecção;
- Locais de reunião, de acolhimento provisório ou de assistência;
- Número de telefone e locais de contacto para as informações;
- Número de telefone e locais de contacto para a recepção de donativos e serviço voluntário.

Durante a fase de evolução e até serem divulgadas novas informações, os órgãos de comunicação social devem transmitir várias vezes a informação de que dispõem, com o intuito de alcançar o maior número possível de pessoas.

### FASE DE REABILITAÇÃO

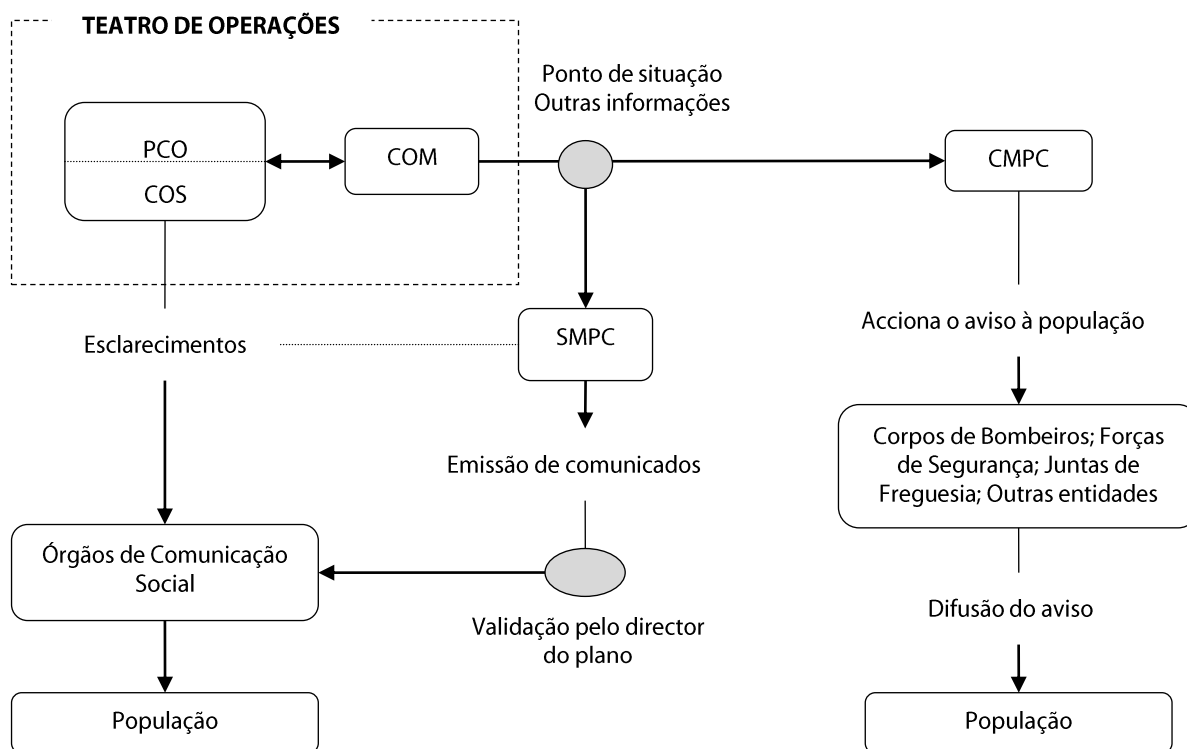
Inicia-se após terem sido asseguradas as condições de segurança. Nesta fase deve ser emitido um comunicado onde conste a seguinte informação:

- Instruções para o regresso da população evacuada;
- Estradas intransitáveis e alternativas;
- Zonas de apoio,
- Número de telefones e locais de contacto para a recepção de donativos.

De modo a assegurar que o aviso e a informação à população é efectuado correctamente as entidades responsáveis por esta componente devem ter em consideração os procedimentos e instruções de coordenação expostos na figura seguinte:



Figura 9 – Procedimentos e instruções de coordenação (Gestão da informação pública)



## 5

## PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO

Face à natureza e dimensão de determinada ocorrência, pode ser necessário evacuar populações em risco, devendo para tal ser estabelecidos procedimentos e instruções de coordenação, conforme se pode ver no esquema seguinte:

Quadro 17 – Procedimentos de evacuação

Coordenação	Força de segurança territorialmente responsável, em função da sua área de actuação (GNR/PSP)
Entidades Principais	Restantes forças de segurança e Polícia Municipal; Corpos de bombeiros; CVP – Delegação de Braga
Entidades de Apoio Eventual	CNE – Núcleo de Braga; empresas de transportes colectivos
Prioridades de Acção	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Abertura de corredores de circulação;</li> <li>– Controlo de acesso às áreas afectadas;</li> </ul>



- Controlo de tráfego;
- Evacuação da população;
- Identificação de locais de concentração e alojamento da população evacuada (escolas, pavilhões, campos de futebol e IPSS's).

As entidades intervenientes nas operações de evacuação da população devem ainda ter em consideração algumas instruções específicas, nomeadamente:

- A evacuação das populações é proposta pelo COS e validada pelo Director do Plano;
- A orientação da evacuação e a movimentação das populações é da responsabilidade das Forças de Segurança;
- O tráfego rodoviário é reencaminhado pelas forças de segurança, de modo a não interferir com a movimentação das populações a evacuar, nem com a mobilidade das forças de intervenção;
- Existem Zonas de Concentração Local (ZCL), caracterizadas pela proximidade à Zona de Sinistro;
- Zonas de Reunião e Irradiação (ZRI) para onde converge a população das diversas ZCL's, em local mais amplo, seguro e com maior facilidade de acesso de meios de transporte;
- Podem ainda existir Zonas de Concentração e Alojamento das Populações (ZCAP), para onde são encaminhadas as populações, antes de serem conduzidas para um alojamento;
- As ZCL e ZRI são coordenadas pela Câmara Municipal de Braga e articulam-se operacionalmente com a área de intervenção da Logística;
- As ZCAP são coordenadas pelo Serviço Local de Segurança Social;
- O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas é controlado pelas forças de segurança, tendo em vista a manutenção das condições de tráfego.

O Comandante das Operações de Socorro avalia continuamente a situação e se, em algum momento, se verificar a possibilidade de ocorrência de danos na população propõe a evacuação e transmite esta informação ao director do plano, que é responsável por validar a decisão do Comandante das Operações de Socorro.

Assim, se for tomada a decisão de evacuação da população devem ter início os procedimentos de evacuação que serão efectuados por diversas entidades. Estas têm um conjunto de responsabilidades atribuídas, nomeadamente:

**Quadro 18 - Responsabilidades das entidades intervenientes na evacuação das populações**

AVISO	ENTIDADE ACTUANTE
Forças de Segurança	<p>Coordenar as operações de evacuação da população;</p> <p>Proceder à abertura de corredores de circulação;</p> <p>Reencaminhar o tráfego, após delimitação das zonas de sinistro e de apoio, de modo a não interferir com a evacuação das populações, nem com a mobilidade das forças de intervenção;</p> <p>Controlar o regresso das populações às zonas evacuadas.</p>
COM	Identificar em articulação com o COS o local para onde se devem



AVISO	ENTIDADE ACTUANTE
	dirigir as populações a evacuar.
INEM	Acompanhar a evacuação das pessoas cujas incapacidades físicas ou outras, levam à necessidade de cuidados especiais em caso de evacuação.
Corpos de bombeiros CVP – Delegação de Braga	Evacuar as pessoas que apresentem mobilidade reduzida.
Câmara Municipal de Braga Juntas de Freguesia	Garantir os transportes disponíveis necessários à evacuação das populações; Colaborar na evacuação das populações.
Operadoras de transportes colectivos	Disponibilizar os transportes necessários à evacuação das populações.

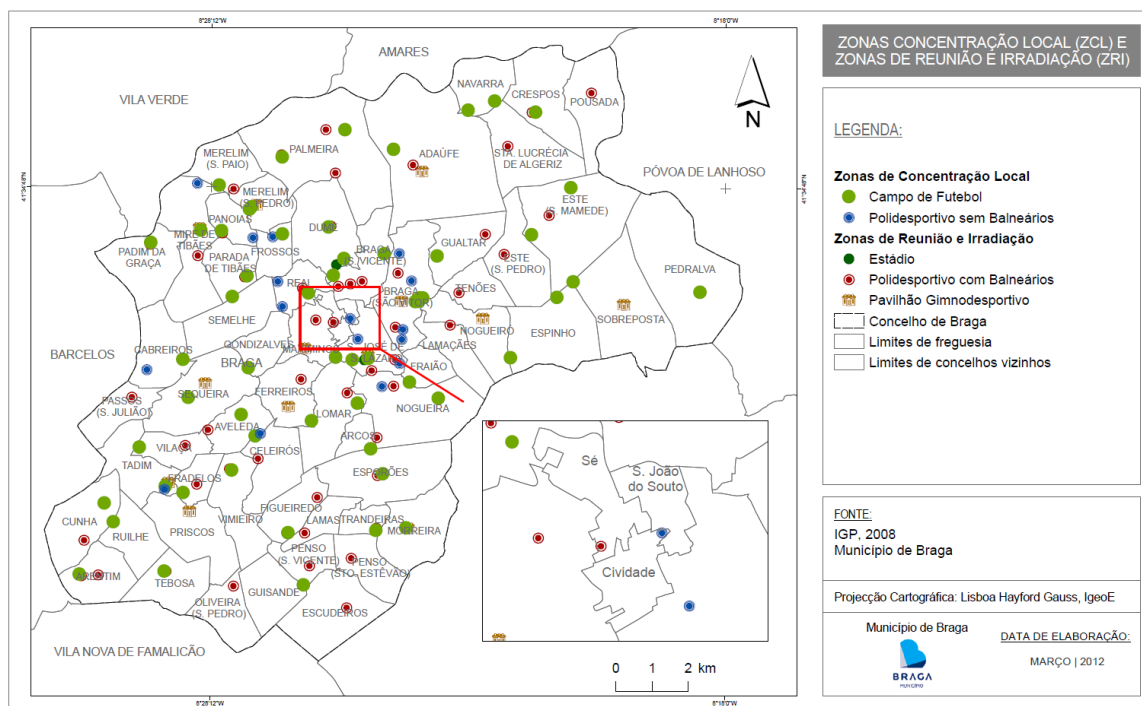
A evacuação da população terá de ser um processo rápido, que visa transportar a população para um local seguro. Neste sentido, o transporte da população pode ser efectuado para uma zona de concentração local (ZCL), que é um local seguro nas proximidades da zona de sinistro ou para uma zona de reunião e irradiação (ZRI), isto é, um local mais amplo, seguro e com maiores facilidades de acesso, para onde converge a população das diversas ZCL.

Deste modo, a população pode ser evacuada directamente para uma ZRI ou ser primeiro evacuada para ZCL e posteriormente para uma ZRI. Em Braga poderão funcionar como ZCL os campos de futebol (campos de futebol de 5, campos de futebol de 7, campos de futebol pelados, campos de futebol relvados) e os polidesportivos sem balneários existentes no município de Braga. Relativamente às ZRI, os locais que no concelho poderão desempenhar esta função são os estádios de futebol (Estádio Municipal e Estádio 1.º de Maio), os pavilhões gimnodesportivos e os polidesportivos com balneários existentes no município. As ZCL e ZRI anteriormente apresentadas encontram-se devidamente identificadas no Mapa 3.

Caso as características da ocorrência obriguem a uma evacuação prolongada da população serão constituídas Zonas de Concentração e Alojamento da População (ZCAP), que são zonas preparadas para servir de alojamento temporário à população até esta ser realojada (Mapa 2).



Mapa 3 – Zonas de Concentração Local e Zonas de Reunião e Irradiação



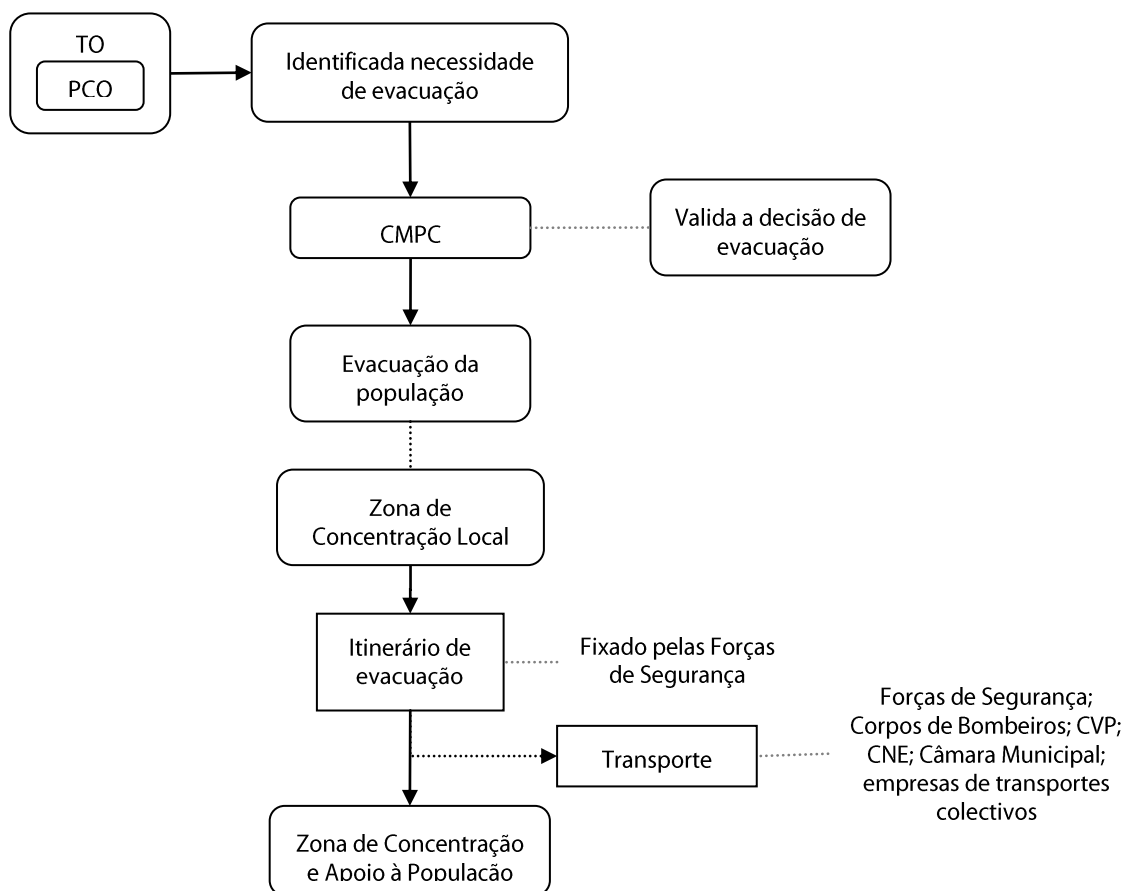
De modo a que esta área de intervenção funcione da forma mais adequada, devem ser criadas barreiras de encaminhamento de tráfego e pontos de controlo, que se destinam a prestar assistência aos evacuados e a manter o fluxo da movimentação em direcção às áreas e centros de alojamento. Simultaneamente, é fulcral que sejam definidos os itinerários de evacuação que deverão ser utilizados, sendo da competência das Forças de Segurança de Braga (GNR e PSP), a sua definição bem, como, a garantia de que estes e encontram desobstruídos, permitindo, assim, que a evacuação da população seja um processo rápido e seguro.

Os itinerários de evacuação deverão ser definidos tendo em conta o local da ocorrência e características do acidente grave ou catástrofe, mas também outras características como, por exemplo, o traçado e o estado de conservação das vias.

Em suma, as operações de evacuação da população devem obedecer aos procedimentos e instruções de coordenação patentes na figura seguinte:



**Figura 10 – Procedimentos e instruções de coordenação (procedimentos de evacuação)**



## 6

## MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

A manutenção da ordem pública é uma competência das forças de segurança. Os procedimentos e instruções de coordenação, bem como a identificação dos meios e das responsabilidades dos serviços, agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio, quanto à segurança de pessoas e bens e ao controlo do tráfego, é essencial para a prossecução dos objectivos. O esquema seguinte representa essas responsabilidades:

**Quadro 19 – Manutenção da ordem pública**

Coordenação	Força de segurança territorialmente responsável, em função da sua área de actuação (GNR/PSP)
Entidades Principais	Forças de Segurança



Entidades de Apoio Eventual	Polícia Municipal; empresas de segurança privadas; Forças Armadas
Prioridades de Acção	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Assegurar a manutenção da ordem pública;</li> <li>– Garantir a protecção das pessoas, bens e património;</li> <li>– Garantir o controlo de tráfego e manter abertos corredores de circulação de emergência;</li> <li>– Garantir a segurança de estruturas sensíveis e/ou fundamentais às operações de protecção civil e de apoio às populações, bem como das zonas degradadas ou evacuadas e das instalações industriais e comerciais susceptíveis de pilhagens;</li> <li>– Limitar o acesso às zonas de sinistro e de apoio às forças de intervenção, organismos e entidades de apoio;</li> <li>– Colabora nas acções de aviso, alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro, bem como no aviso e alerta às populações, em colaboração com a área da Gestão da Informação.</li> </ul>

A manutenção da ordem pública é uma competência típica das forças de segurança, deste modo após a delimitação do teatro de operações e a definição da zona de sinistro e de apoio, as forças de segurança devem limitar o acesso a estas zonas apenas às forças de intervenção e organismos de apoio, recorrendo para tal à criação de barreiras (perímetros de segurança), ou outro meio de controlo que considere adequado para proceder ao reencaminhamento do tráfego.

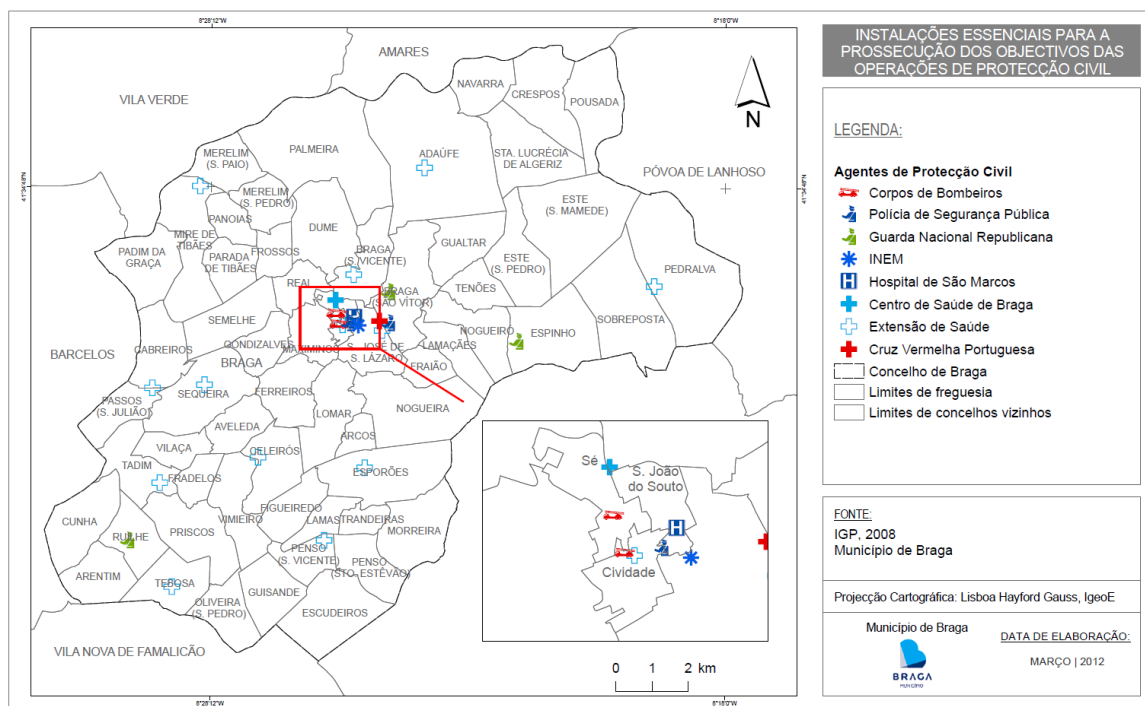
Assim, os perímetros de segurança serão estabelecidos pelo COS e assegurados pela força de segurança territorialmente responsável, conforme o local de sinistro, a quem compete, ainda, garantir a segurança nas zonas adjacentes. Assim, depois da chegada ao local, as forças de segurança devem fazer uma avaliação inicial do acidente grave ou catástrofe e com base nesta avaliação, deve estabelecer um perímetro de segurança, sendo que a dimensão desde perímetro é determinada em função da informação que se pode observar directamente e, de acordo com as indicações do COS podendo ser, posteriormente, alargada ou diminuída conforme a evolução e características próprias da ocorrência.

Simultaneamente, a manutenção da ordem pública deve considerar os procedimentos e instruções de coordenação destinados a assegurar a manutenção da ordem pública, a limitação às zonas de sinistro e de apoio e as infra-estruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de protecção civil. Neste sentido, deverão ser destacados elementos das Forças de Segurança e da Polícia Municipal de Braga com vista à segurança das instalações consideradas essenciais para a prossecução das operações de protecção civil, cuja localização se encontra identificada no mapa que se segue.





**Mapa 4 – Instalações essenciais para a prossecução dos objectivos de protecção civil**



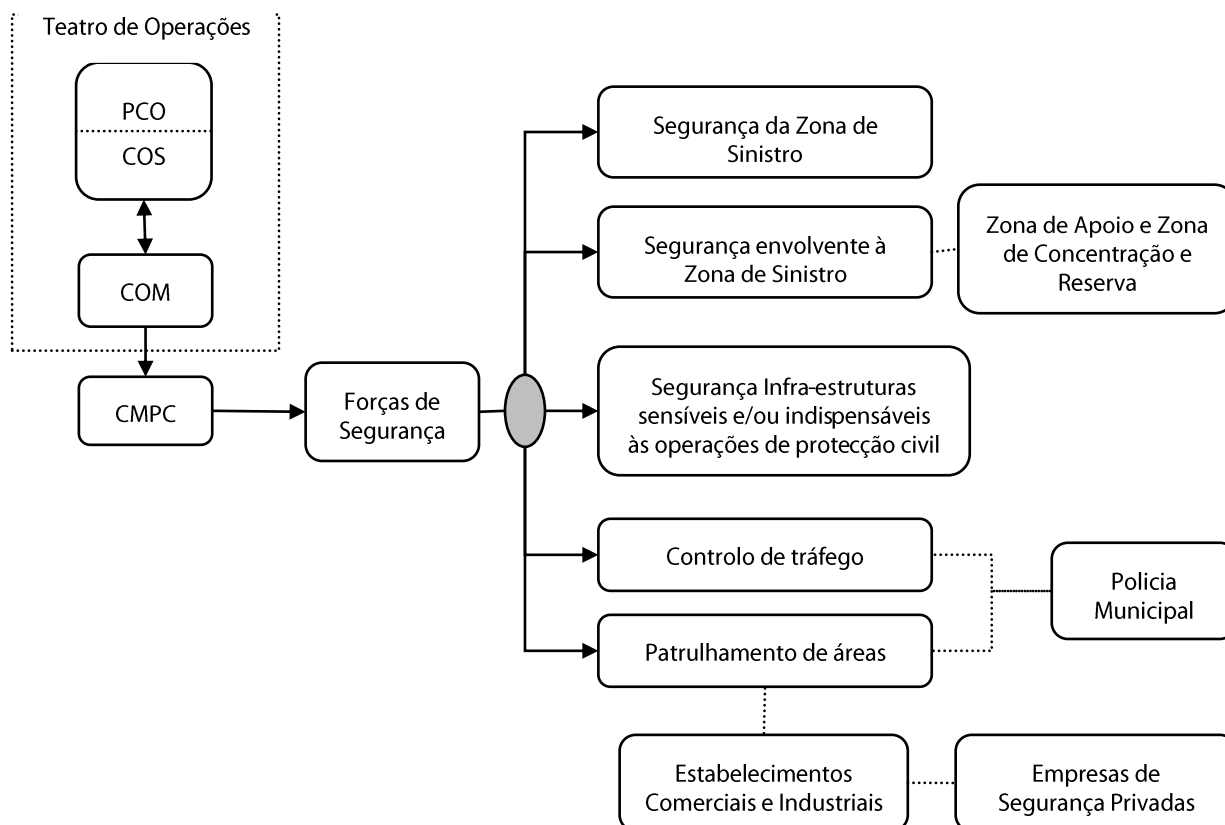
Além destas recomendações devem ainda ser consideradas as seguintes instruções específicas:

- Em caso de necessidade, as Forças de Segurança coordenam um serviço de estafetas para utilização como um dos meios de comunicação, em articulação com a área de intervenção das Comunicações;
- As Forças de Segurança garantem a segurança física das instalações do SMPC, da CMPC e outras que sejam consideradas fundamentais para a prossecução das operações, mantendo desimpedidos os acessos.
- A intervenção das forças de segurança insere-se no Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança, (vide n.º 1, artigo 18.º Lei Segurança Interna), aprovado recentemente em reunião do Conselho de Ministros (25 de Março);
- Na execução das actividades de regulação do trânsito rodoviário e vigilância de espaços públicos a actuação das forças de segurança é complementada pela Polícia Municipal.
- Esta área de intervenção, deverá ainda prever e coordenar um serviço de estafetas para utilização como meio de ligação, colaborar em acções de mortuária e receber e guardar os espólios dos cadáveres, colaborar nas acções de apoio, alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro e no aviso e alerta das populações, colaborar activamente na transmissão do alerta, através das "centrais de emergência 112", ou outros.
- As forças de segurança deverão ainda destacar elementos com vista à segurança das instalações consideradas essenciais para a prossecução das operações de protecção civil. Os estabelecimentos industriais e comerciais podem recorrer a empresas de segurança privada, cujos vigilantes se devem apresentar devidamente uniformizados.



No que respeita aos procedimentos e instruções de coordenação para esta área de intervenção, são apresentados na figura seguinte:

**Figura 11 – Procedimentos e instruções de coordenação (manutenção da ordem pública)**



## 7

## SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS

Nos serviços médicos e transporte de vítimas importa estabelecer os procedimentos e instruções de coordenação quanto às actividades de saúde e evacuação secundária, face a um elevado número de vítimas. Neste sentido, procede-se de acordo com o estruturado no esquema seguinte:

**Quadro 20 – Serviços médicos e transporte de vítimas)**

Coordenação	INEM
Entidades Principais	INEM; Hospital de Braga; ACES Braga; CVP – Delegação de Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal

### ÍNDICE RÁPIDO

1

ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS  
E RECURSOS PÁG 5

2

LOGÍSTICA PÁG 7

3

COMUNICAÇÕES PÁG 17

4

GESTÃO DA  
INFORMAÇÃO PÁG 22

5

PROCEDIMENTOS  
DE EVACUAÇÃO PÁG 31



Entidades de Apoio Eventual	Corpos de Bombeiros; Empresas de transporte de doentes
Prioridades de Acção	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Evacuação primária;</li> <li>– Assistência pré-hospitalar e evacuação secundária das vítimas;</li> <li>– Instalação e gestão de postos de triagem.</li> </ul>

Conforme definido na Directiva Operacional Nacional n.º1/2009 da ANPC:

*“O INEM coordena todas as actividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referência e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de Postos Médicos Avançados.”*

Sem prejuízo das medidas já estabelecidas para os serviços médicos e transporte de vítimas devem ainda ser consideradas as seguintes instruções específicas:

- A triagem primária é da competência da Área de Intervenção de Socorro e Salvamento, sendo em regra realizada pelos Corpos de Bombeiros. O INEM e a CVP colaboram nessa acção de acordo com as suas disponibilidades;
- Os cadáveres identificados na triagem primária, serão encaminhados para locais de reunião de vítimas mortais;
- Postos de triagem e de socorros serão montados em estruturas fixas ou temporárias pelo Centro de Saúde, Forças Armadas, INEM e Cruz Vermelha Portuguesa, que poderão ser reforçados com meios externos ao município;
- A localização dos Postos/Áreas de triagem é identificada em colaboração com os Corpos de Bombeiros e deverá estar tão perto quanto possível das zonas mais afectadas dentro da Zona de Sinistro, respeitando as necessárias distâncias de segurança;
- Para evacuação e tratamento dos operacionais serão utilizadas as estruturas hospitalares públicas (Hospital de Braga) e privadas (Hospital Privado de Braga) disponíveis no município de Braga, podendo ser reforçadas, a pedido, por outras estruturas distritais ou nacionais;
- As Forças Armadas colaboram na prestação de cuidados de saúde de emergência, na medida das suas disponibilidades.
- Assegurar a evacuação e hospitalização, que abrange todas as actividades de carácter sanitário que visa a preservação dos efectivos e a recuperação dos feridos e doentes por forma a manter tais efectivos ao mais alto nível;
- O material sanitário é encargo das entidades e organismos intervenientes. Poderão ser constituídos nos Hospitais e Centros de Saúde, instalações das Forças Armadas e de outras Forças de Socorro, postos de fornecimento de material sanitário através de requisição;
- Perante uma emergência com elevado número de vítimas, as primeiras equipas a prestar socorro poderão também ser encarregues das tarefas de evacuação primária para os postos de triagem que forem criados.
- Compete ao comandante das operações de socorro identificar e informar o director do plano relativamente à quantidade previsível de meios complementares necessários para triagem, assistência pré-hospitalar e evacuação secundária das vítimas.
- Compete à direcção do plano a identificação dos meios a solicitar e, em coordenação com o INEM, o estabelecimento da ligação aos hospitais de evacuação, prestando as informações pertinentes sobre o tipo de ocorrência e o número potencial de vítimas. O INEM, através de meios próprios enviados para o local, pode montar e gerir postos de triagem, de assistência pré-hospitalar e de evacuação secundária, em estreita articulação com o director do plano.

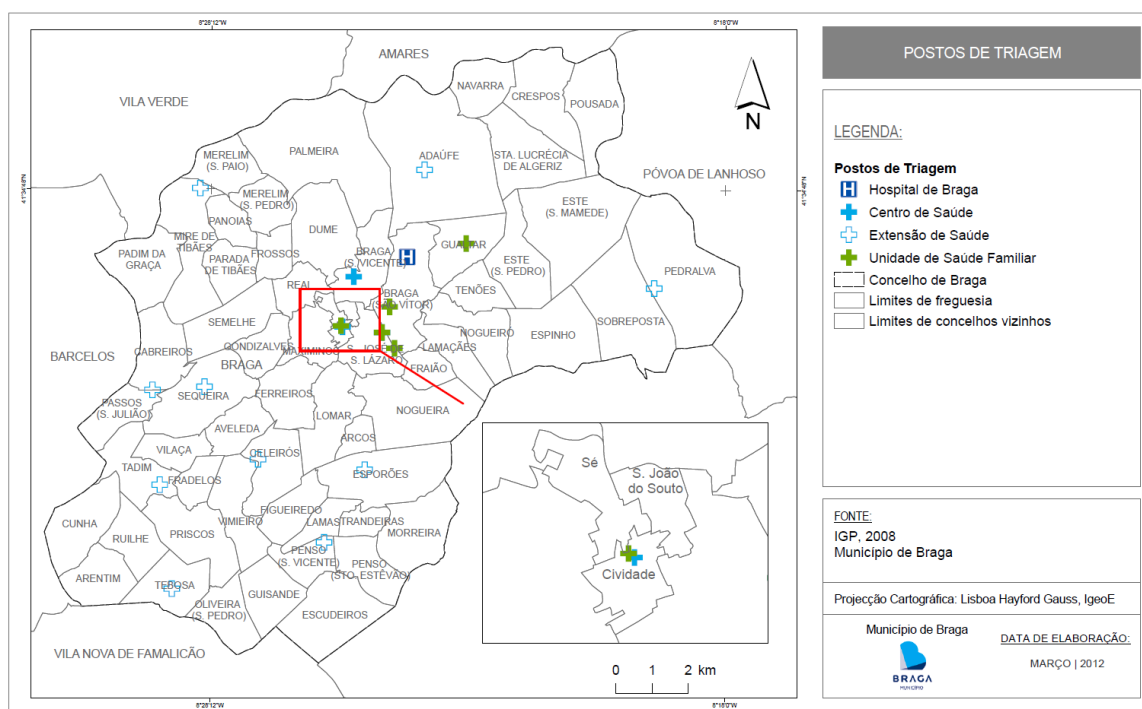


- A autoridade de saúde de nível municipal deverá dirigir as acções de controlo ambiental, de doenças e da qualidade dos bens essenciais.

Conforme referido anteriormente, num cenário com elevado número de vítimas, de modo a agilizar o processo de assistência pré-hospitalar e evacuação secundária das vítimas, o INEM através de meios próprios enviados para o local, pode montar e gerir postos de triagem, de assistência pré-hospitalar e de evacuação secundária, em estreita articulação com o director do plano. A localização destes postos de triagem será estabelecida em colaboração com o corpo de bombeiros da área da ocorrência, devendo ficar localizados o mais próximo possível da área mais afectada, respeitando a necessária distância de segurança.

Assim, no município de Braga, para além do Hospital de Braga, dos Centros de Saúde, das Extensões de Saúde e das Unidades de Saúde Familiar (Mapa 5), num cenário com elevado número de vítimas serão montados postos móveis, em função do tipo e local da ocorrência que poderão ser utilizados como postos de triagem perante uma situação de acidente grave ou catástrofe.

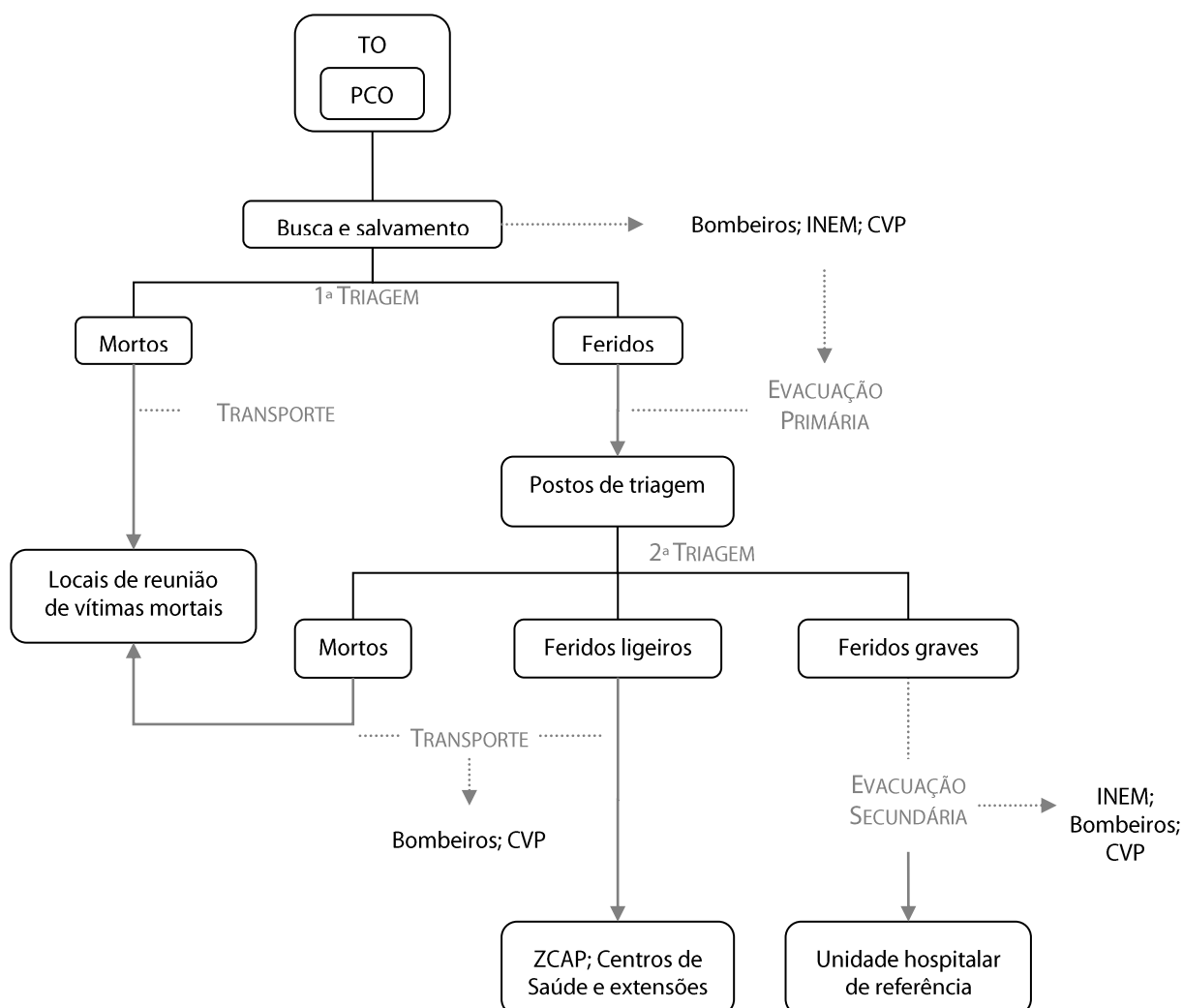
### Mapa 5 – Postos de Triagem



As entidades responsáveis por esta área de intervenção deverão ainda considerar os seguintes procedimentos e instruções de coordenação:



Figura 12 – Procedimentos e instruções de coordenação (serviços médicos e transporte de vítimas)



## 8

## SOCORRO E SALVAMENTO

A área de intervenção de socorro e salvamento compreende situações de busca e salvamento de vítimas que podem incluir a extinção de incêndios, o escoramento de estruturas, o resgate ou desencarceramento de pessoas, a contenção de fugas ou derrames, entre outras. Assim, importa definir a sua organização e prioridades de acção, conforme a seguinte organização:



Quadro 21 – Socorro e salvamento

Coordenação	Comandante Operacional Municipal
Entidades Principais	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; GIPS
Entidades de Apoio Eventual	CVP – Delegação de Braga; outras entidades e organizações de apoio
Prioridades de Acção	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Coordenar as acções de busca e salvamento de vítimas;</li> <li>– Propor a definição de zonas prioritárias nas áreas afectadas pela situação de emergência;</li> <li>– Propor trabalhos de demolição e desobstrução;</li> <li>– Assegurar a prestação de primeiros socorros, em articulação com a área de intervenção dos serviços médico e transporte de vítimas.</li> </ul>

As entidades intervenientes na área do socorro e salvamento devem ter em consideração as seguintes instruções específicas:

- A intervenção inicial face a um acidente grave ou catástrofe cabe, prioritariamente, às forças mais próximas do local da ocorrência ou àquelas que se verifique terem uma missão específica mais adequada. Assim, de acordo com a legislação aplicável (SIOPS), o chefe da primeira equipa de intervenção assume a função de Comandante das Operações de Socorro (COS). Este, de imediato, deve avaliar a situação e identificar o tipo de ocorrência, o local e a extensão, o número potencial de vítimas e os meios de reforço necessários;
- Caso aplicável, deverá ser indicado pelo COS a sectorização do teatro das operações, por zonas geográficas ou funcionais, e identificado um responsável por cada sector;
- O COS mantém a articulação operacional permanente com o Comandante Operacional Distrital (CODIS);
- O fim da situação de emergência é dado pelo COS, em articulação com o Director do Plano;
- Poderá haver transferências de comando com vista a satisfazer as necessidades do teatro de operações, quando a organização deste amplia ou contrai, quando a responsabilidade primária de gestão do incidente muda entre entidades, quando o incidente se torna mais ou menos complexo ou quando existe rotatividade normal de pessoas. Sempre que exista a transferência de comando deverá ocorrer um briefing para o próximo comandante e uma notificação a todo o pessoal informando que está a ocorrer uma mudança de comando.

A intervenção inicial face a um acidente grave ou catástrofe, além das actividades de socorro, busca e salvamento de vítimas pode ainda incluir a extinção de incêndios, o escoramento de estruturas, o resgate ou desencarceramento de pessoas, a contenção de fugas e derrames de produtos perigosos, entre outras. Deste modo, o COS é responsável por assegurar a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo da operação, pelo que ao chegar ao local deve avaliar a situação e recolher a seguinte informação:

- Tipo de ocorrência;
- Local;
- Extensão;
- Número potencial de vítimas;
- Meios de reforço necessários.



Após a recolha destas informações o COS deve informar de imediato o COM e o CDOS de Braga do grau de gravidade da situação, tendo em consideração o disposto na tabela de gravidade constante na Directiva Operacional Nacional nº 1/ANPC/2007 (Estado de alerta para as organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro), na qual consta a seguinte escala de intensidades:

**Quadro 22 – Grau de gravidade das ocorrências**

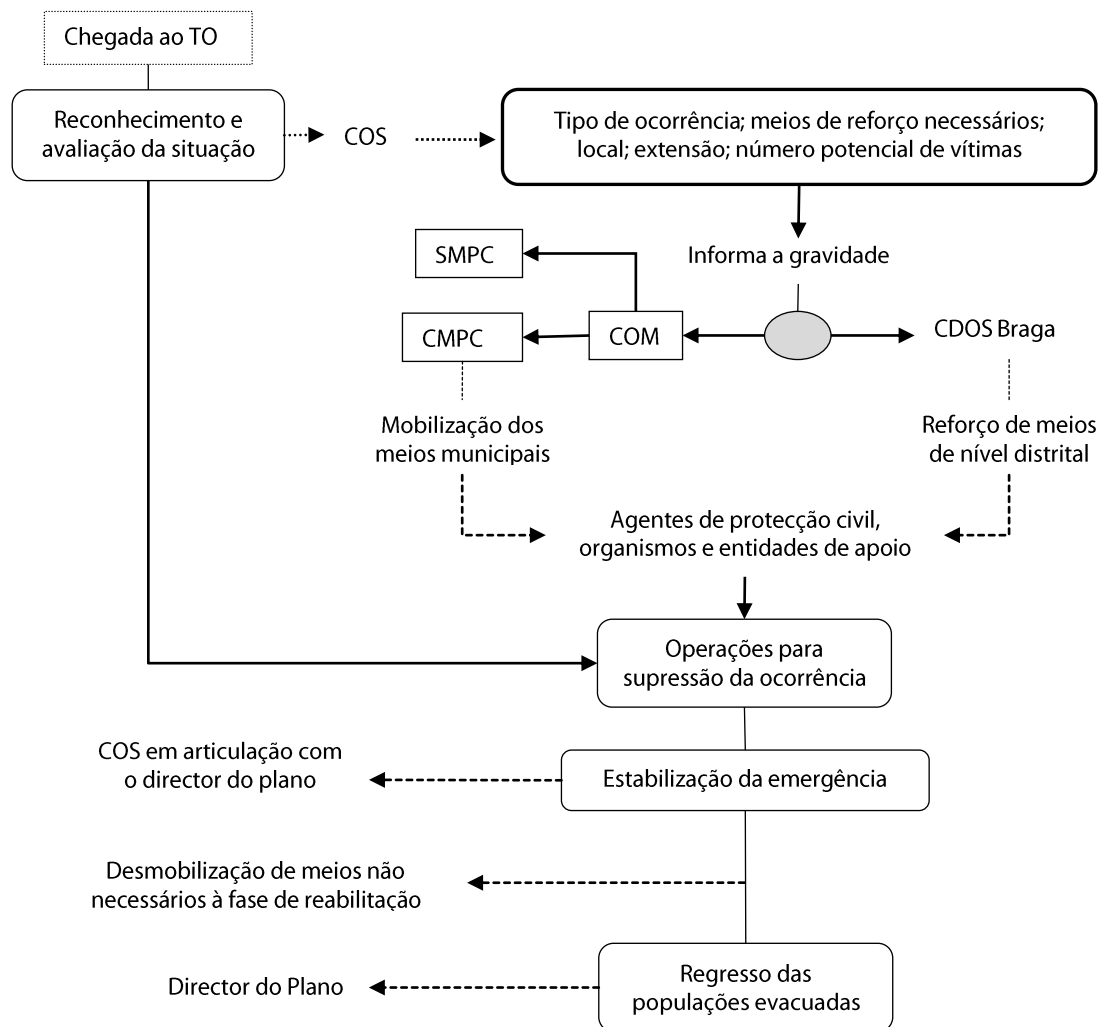
GRAVIDADE	DEFINIÇÃO
Residual	Não há feridos nem vítimas mortais. Não há mudança/retirada de pessoas ou apenas de um número restrito, por um período curto (até 12 horas). Pouco ou nenhum pessoal de apoio necessário. Danos sem significado. Não há impacto no ambiente. Não há perda financeira.
Reduzida	Pequeno número de feridos mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações e retirada de pessoas por um período inferior a 24 horas. Algum pessoal de apoio e reforço necessário. Alguns danos. Disrupção (inferior a 24 horas). Pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros. Alguma perda financeira.
Moderada	Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de vinte e quatro horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos. Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros. Alguma perda financeira.
Acentuada	Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária
Crítica	Situação crítica. Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma duração longa. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. Impacte ambiental significativo e/ou danos permanentes.

Após informar o COM e o CDOS da gravidade da situação as operações de socorro e salvamento desenvolvem-se de acordo com o estipulado anteriormente no sistema de gestão de operações (ponto 1.3 – Parte II).

Importa ainda expor os procedimentos e instruções de coordenação estabelecidos para o socorro e salvamento, designadamente:



Figura 13 – Procedimentos e instruções de coordenação (socorro e salvamento)



## 9

## SERVIÇOS MORTUÁRIOS

Em cenários com elevado número de vítimas, a recolha e o depósito de cadáveres são tarefas muito sensíveis que devem ser levadas a cabo através de procedimentos rigorosos, pois a sua importância é enorme nos aspectos relacionados com a investigação forense, quando, face ao tipo de ocorrência, haja necessidade de a realizar. Esta tarefa deve ser controlada pelas forças de segurança que, para tal, colaboram com a Autoridade de Saúde.



**Quadro 23 – Serviços mortuários**

Coordenação	Autoridade de Saúde de Nível Municipal
Entidades Principais	Forças de Segurança; Autoridade concelhia de saúde; Gabinete de Medicina Legal de Braga
Entidades de Apoio Eventual	Corpos de Bombeiros; CVP – Delegação de Braga
Prioridades de Acção	– Recolha e reunião de vítimas mortais; instalação de morgues provisórias; sepultamento de emergência

Em cenários com elevado número de vítimas, a recolha e o depósito de cadáveres deve ser controlado pelas forças de segurança que deverão assegurar a criação de Equipas Responsáveis pela Avaliação das Vítimas (ERAV). Para tal, as forças de segurança colaboram com a Autoridade de Saúde de Nível Municipal.

O chefe da ERAV no município de Braga é o representante da GNR/PSP, conforme a área de incidência. O médico que integra a ERAV é enviado pela Autoridade de Saúde mas se tal não for possível, serão aceites quaisquer outros médicos desde que seja possível, ao chefe da ERAV, verificar a sua credenciação como tal.

Simultaneamente, compete às forças de segurança (GNR ou PSP conforme área de incidência) promover a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados em sacos apropriados ("body-bags"), também devidamente etiquetados, podendo para o efeito requisitar a colaboração de quaisquer entidades públicas ou privadas (n.º2 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º411/98, de 30 de Dezembro). A CVP – Delegação de Braga mediante as suas disponibilidades, colaborará nas operações de remoção dos cadáveres para os locais de reunião de vítimas mortais e/ou destas para os necrotérios provisórios.

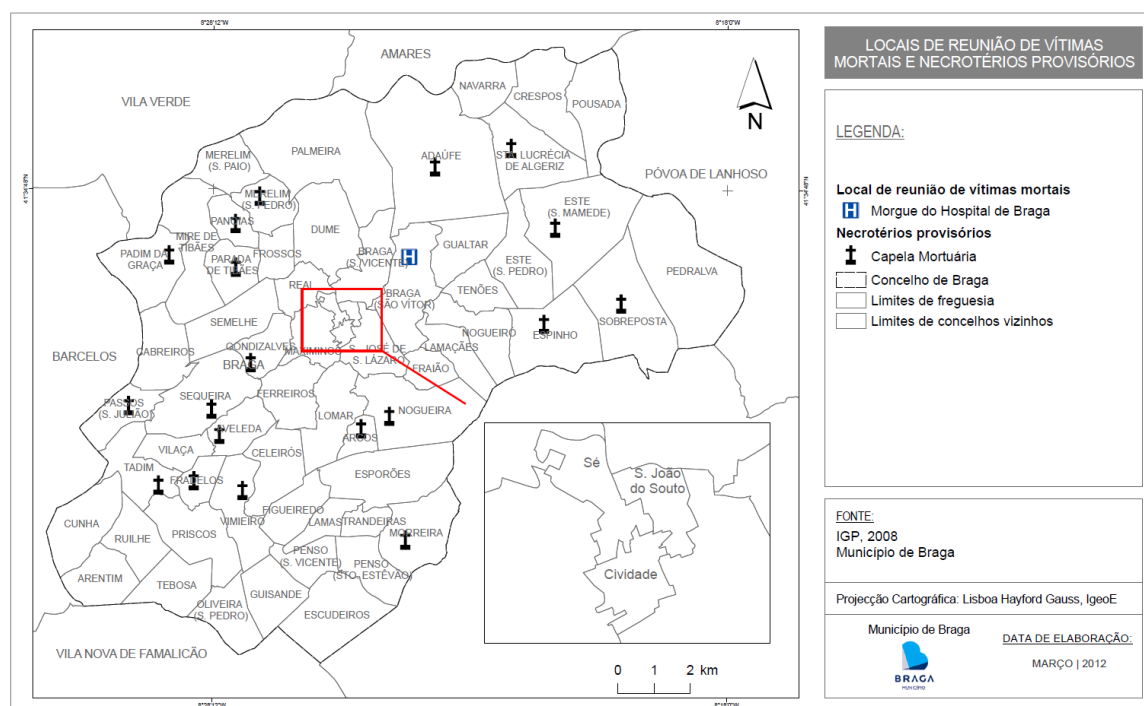
O depósito de cadáveres deverá ser feito, preferencialmente, nas morgues regulares existentes no município. Após esgotada a sua capacidade, o depósito de cadáveres passa a ser feito para outros locais que, excepcionalmente poderão funcionar como morgues provisórias. Estes locais deverão ser previamente estabelecidos pela Autoridade de Saúde de Nível Municipal, devendo possuir:

- Piso em espaço aberto, plano e fácil de limpar;
- Boa drenagem;
- Ventilação natural;
- Estar provido de água corrente e energia eléctrica.

Na escolha dos locais que poderão funcionar como necrotérios provisórios deverão, também, ser ponderadas variáveis como as acessibilidades, as comunicações, a privacidade e a segurança. Neste sentido, no município de Braga o local de reunião de vítimas mortais é a morgue do Hospital de Braga e, como necrotérios provisórios funcionarão as capelas mortuárias existentes no município, bem como o próprio parque de estacionamento do Hospital de Braga.



Mapa 6 – Locais de reunião de vítimas mortais e necrotérios provisórios



Caso se verifique o esgotamento da capacidade das morgues provisórias será adoptada uma resolução intermunicipal e os cadáveres serão transportados para as morgues dos municípios adjacentes. Após se verificar a entrada dos cadáveres nas morgues provisórias, as tarefas posteriormente realizadas estão a cargo do Gabinete de Medicina Legal de Braga, que é a entidade responsável pela identificação e entrega dos corpos para serem sepultados. Para que esta identificação seja feita de forma célere e eficaz, deve assegurar-se a presença de representantes do Instituto de Registos e Notariado (IRN), nas morgues provisórias.

Relativamente ao sepultamento dos cadáveres, este deve ser feito nos cemitérios locais. Caso se verifique que o número de vítimas excede a capacidade dos mesmos, a Autoridade de Saúde de Nível Municipal em coordenação com o director do plano, estabelece locais para o sepultamento de emergência.

No que respeita aos serviços mortuários importa adoptar as seguintes instruções específicas:

- Sendo localizado um corpo sem sinais de vida e sem tarja negra aposta, o médico da ERAV verificará o óbito e procederá à respectiva etiquetagem em colaboração com o elemento da PJ. Caso sejam detectados indícios de crime, o chefe da ERAV poderá solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver para o local de reunião de vítimas mortais;
- A aposição de tarja negra e de etiqueta numa vítima sob supervisão de um médico corresponde à verificação do óbito, devendo ser feito na triagem de emergência primária, sempre que possível;
- A autorização de remoção de cadáveres ou partes de cadáveres, do local onde foram inspecionados até ao local de reunião de vítimas mortais, haja ou não haja suspeita de crime, cabe ao Ministério Público e é solicitada pelo chefe da ERAV;
- A autorização do MP para remoção é transmitida mediante a identificação do elemento policial que chefia a ERAV, dia, hora e local da remoção, conferência do número total de



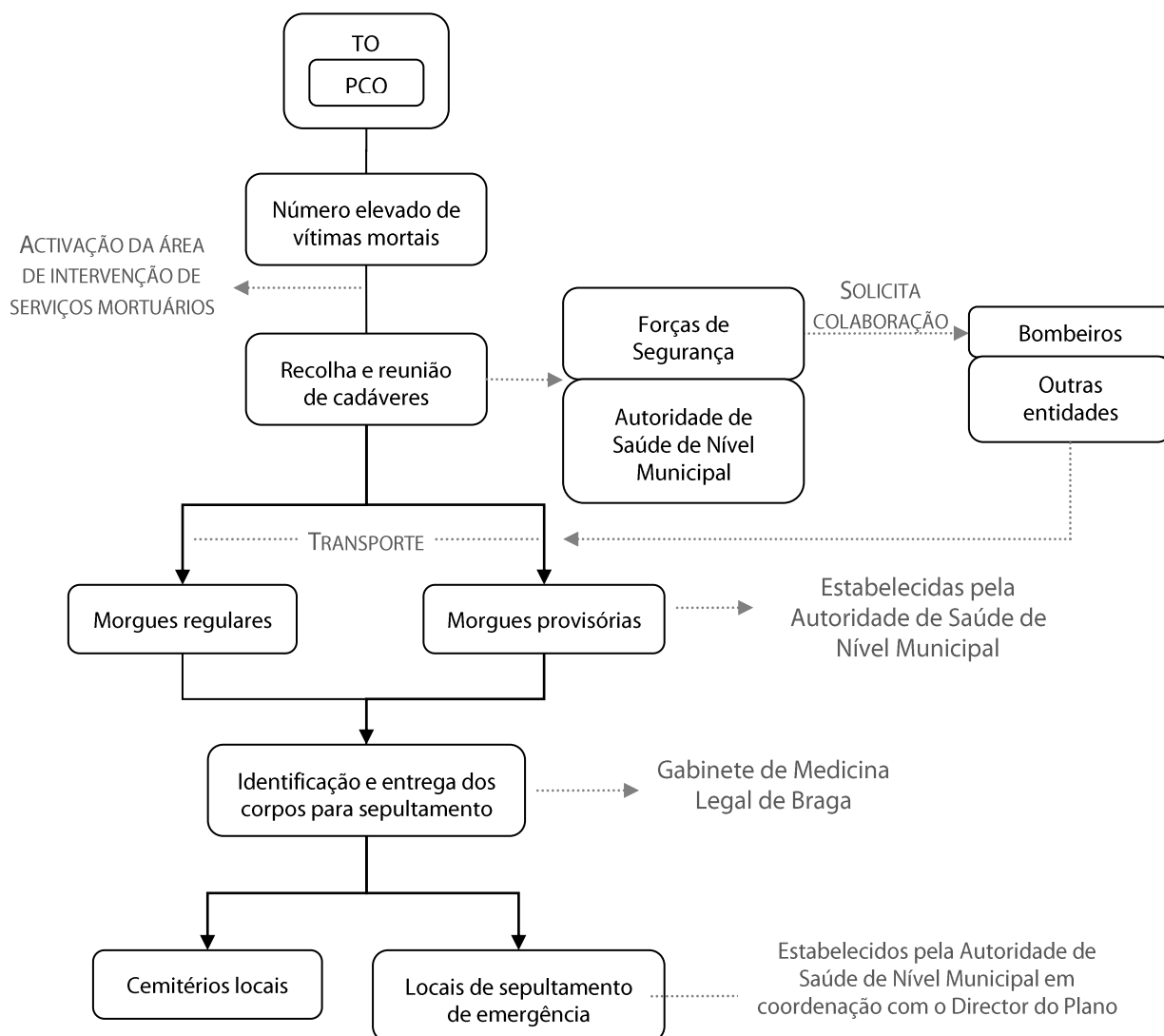
cadáveres ou partes de cadáveres cuja remoção se solicita, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime;

- A autorização antecedente é solicitada ao magistrado do MP designado ou integrado na estrutura municipal, ou, em caso de impossibilidade, noutra estrutura onde esteja presente;
- O MP autoriza a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres do local onde foram etiquetados para os locais de reunião de vítimas mortais e destes para as morgues provisórias, para realização, de autópsia médico-legal e demais procedimentos tendentes à identificação, estabelecimento de causa de morte e subsequente destino do corpo ou partes ou fragmentos anatómicos;
- Compete à Câmara Municipal providenciar equipamento para as morgues provisórias de acordo com indicações do Instituto Nacional de Medicina Legal, designadamente o fornecimento de iluminação, macas com rodas, mesas de trabalho, sacos de transporte de cadáveres, pontos de água e energia;
- A identificação de cadáveres resulta exclusivamente de técnicas médico-legais e policiais, registadas em formulários próprios;
- Relativamente a vítimas de nacionalidade estrangeira, será accionado o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Unidade de Cooperação Internacional (UCI) da PJ, para obtenção de dados para a identificação da mesma;
- Os cadáveres e partes de cadáver que não forem entregues a pessoas com legitimidade para o requerer, podem ser conservados em frio ou inumados provisoriamente, se necessário em sepultura comum, assegurando-se a identificabilidade dos mesmos, até à posterior inumação ou cremação individual definitiva;
- As necessidades de transporte de pessoas e equipamento serão supridas pela Área de Intervenção de Logística, de acordo com os meios disponíveis;
- O apoio psicológico aos familiares das vítimas e elementos das equipas de intervenção será efectuado de acordo com os procedimentos definidos para as respectivas Áreas de Intervenção.

Em suma, as actividades relacionadas com os serviços mortuários devem considerar os procedimentos e instruções de coordenação evidenciados na figura seguinte.



Figura 14 – Procedimentos e instruções de coordenação (serviços mortuários)



## 10 PROTOCOLOS

Até à data da elaboração do PMEPCB, o município de Braga não dispõe de protocolos estabelecidos com os agentes da protecção civil e entidades e organismos de apoio.